



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

ESCOLA POLITÉCNICA

MESTRADO EM ENGENHARIA AMBIENTAL URBANA

ALFREDO NASCIMENTO SANTOS

**INTERFERÊNCIA DA POLUIÇÃO VISUAL NA PERCEPÇÃO
DO CENTRO TRADICIONAL DA CIDADE DE SALVADOR:
DO FORTE DE SÃO PEDRO A PRAÇA CASTRO ALVES**

Salvador

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ALFREDO NASCIMENTO SANTOS

**INTERFERÊNCIA DA POLUIÇÃO VISUAL NA PERCEPÇÃO
DO CENTRO TRADICIONAL DA CIDADE DE SALVADOR:
DO FORTE DE SÃO PEDRO A PRAÇA CASTRO ALVES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental Urbana da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Mestre.

Área de concentração: Produção e Gestão do Ambiente Construído.

Orientadora: Profa. Dra. Ilce Marília Dantas Pinto de Freitas.

Salvador

2009

S237 Santos, Alfredo Nascimento

Interferência da poluição visual na percepção do centro tradicional da Cidade de Salvador / Alfredo Nascimento Santos. – Salvador, 2009.

108 f. : il. color.

Orientador: Profa. Dra. Ilce Marília Dantas Pinto de Freitas

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Escola Politécnica, 2009.

1. Poluição urbana. 2. Urbanização - Aspectos ambientais. 3. Anúncios ao ar livre - Salvador (BA). 4. Comunicação visual - Salvador (BA). I. Freitas, Ilce Marília Dantas Pinto de. II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

CDD: 363.739

ALFREDO NASCIMENTO SANTOS

INTERFERÊNCIA DA POLUIÇÃO VISUAL NA PERCEPÇÃO DO
CENTRO TRADICIONAL DE SALVADOR: DO FORTE DE SÃO
PEDRO À PRAÇA CASTRO ALVES

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Engenharia Ambiental Urbana.

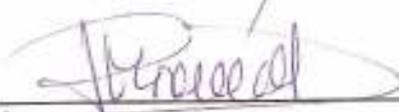
Salvador, 25 de junho de 2009

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Ilce Marília Dantas Pinto de Freitas
Universidade Federal da Bahia –UFBA



Prof. Dr. Juan Pedro Moreno Delgado
Universidade do Estado da Bahia –UNEB



Profa. Dra. Maria Lúcia Araújo Mendes de Carvalho
Universidade Federal da Bahia –UFBA



A

Deus, toda glória por tudo o que me proporcionou até aqui.

“Devemos nos preparar para estabelecer os alicerces de um espaço verdadeiramente humano, de um espaço que possa unir os homens para e por seu trabalho, mas não para em seguida dividi-los em classes, em exploradores; espaço matéria inerte que seja trabalhado pelo homem, mas não se volte contra ele; um espaço natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um fetiche; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem fetichizado”.

Milton Santos, 1982.

AGRADECIMENTOS

A meus pais Alfredo Conceição Santos e Olga Maria Nascimento Santos, pela vida e educação.

A Maria das Graças Oliveira Montenegro, pela mulher e mãe exemplar, que sempre me mostrou a luz.

As minhas queridas filhas, Nara Montenegro e Anne Montenegro, razões eterna de minha vida.

A professora e orientadora Dra. Ilce Dantas, por ter me acolhido no momento de clamor.

A Professora Dra. Maria Lúcia Carvalho, que muitíssimo contribuiu nesse trabalho.

Ao professor Dr. Juan Pedro Moreno Delgado, que aceitou compactuar nesta missão.

Aos amigos do mestrado que sempre estiveram ao meu lado em especial a Adslane Pereira amiga e parceira nessa caminhada.

Ao Professor Edimar Caetité, pelo incentivo, ensinamento e apoio ao meu trabalho.

Ao professor José Pinto Barbosa, pelo apoio considerável .

Aos amigos do CEFET- Simões Filho, pela compreensão, parceria e estímulo.

A Professora Joelma dos Santos, pela valiosa contribuição a esse trabalho;

A secretária do Mestrado Alice Ivone pelo pronto atendimento as solicitações.

A todos que diretamente e indiretamente contribuíram para a conclusão dessa etapa em minha vida.

Um muito obrigado.

RESUMO

Ao percorrer a cidade do Salvador, nos deparamos com situações que, aparentemente, parecem ter um determinado significado, principalmente quanto à organização dos equipamentos no espaço e configuração da paisagem urbana. Em uma dessas situações, como se fosse um quadro pintado de forma seriada e aplicado diversas vezes em lugares da cidade, encontramos, em uma calçada no Centro, um conjunto composto dos seguintes elementos: banca de revista, tabuleiro de acarajé, telefone público e um ponto de ônibus cujos painéis de vidro são usados como vitrines de anúncios publicitários. Ao redor dessa cena, edifícios tiveram suas fachadas desfiguradas dos elementos arquitetônicos que lhes configuravam um estilo, agora, substituídas por letreiros gigantes de cores fortes, que determinam identidades de lojas. Como perceber essa paisagem, e transformá-la em lugar, se a sua leitura não é de fácil compreensão? No contexto urbano, os problemas ambientais têm crescido a passos largos e um dos principais motivos disto é a desorganização espacial e a falta de cuidado e atenção com a estética urbana. Esse trabalho buscou, através do olhar e da percepção dos cidadãos, entender como a falta de organização dos elementos que compõem a paisagem urbana, podem favorecer a proliferação da poluição visual, assim como causar a falta de topofilia em relação a um lugar. O objetivo final dessa dissertação foi analisar como a poluição visual pode causar deficiência na leitura e apropriação daqueles espaços e, assim, contribuir com parâmetros de análise e soluções, que servirão à legislação municipal da cidade do Salvador. A área selecionada para estudo dessa pesquisa é o Centro da Cidade do Salvador ou Centro Tradicional, segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU). Neste trabalho, é analisado o trecho entre o Forte de São Pedro e a Praça Castro Alves.

Palavras - chave: Poluição visual. Percepção ambiental. Paisagem urbana.

ABSTRACT

Walking by Salvador city, one can face some situations which, apparently, seem to have certain meaning, especially in terms of organization of equipments in space and configuration of the urban landscape. In one of the those situations, as it were a picture painted in a serialized way and put in different parts of the city, one can find a combination of the following elements: a magazine stand, a *acarajé* tray, a phone box and a bus stop which are used as shop windows for advertisements. Around that scene, buildings have their façade dissociated from the architectural elements that used to represent their style. Now, they were replaced by huge bright colored notices that identify shops. How is it possible to look at that landscape and change it to a place, since its reading is not easily understandable? In a urban context, environmental problems have grown widely, one of the main reasons of that is the spatial disorganization, carelessness and lack of attention to the urban esthetics. This work searched, by the city inhabitants' perspective, to understand how the lack of organization of the elements which constitute the urban landscape may enhance the proliferation of visual pollution, as well as causing lack of *topofilia* about a place. The final aim of that paper was to analyze how the visual pollution may cause complication to reading and appropriating those spaces and, this way, contributing parameters of analysis and solutions to the municipal legislation of Salvador city. The area selected to be studied on this research is the Center of Salvador city or the Traditional Center, according to Urban Development Directorate Plan (UDDP). In this paper, it was analysed the stretch between Forte de São Pedro to the Praça Castro Alves.

Keywords: Visual pollution. Environmental perception. Urban landscape

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação faz parte da linha de pesquisa Produção e Gestão do Ambiente Construído do Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana - **MEAU**, tendo como professora orientadora a Doutora Ilce Marília Dantas Pinto de Freitas; Esta linha de pesquisa considera os diversos aspectos que compõem o ambiente urbano, a análise da qualidade ambiental urbana e o levantamento de problemas e de soluções, levando em consideração a busca de um ambiente sustentável.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Esquema Teórico do processo Cognitivo.....	21
Figura 02: Centro da Cidade de Alagoinhas –Bahia	34
Figura 03: Avenida Bônoco	34
Figura 04: Comércio - Cidade Baixa	35
Figura 05: Avenida Bônoco.....	35
Figura 06: Centro da Cidade de Simões filho - Ba	36
Figura 07: Recuperação do Centro de Porto Alegre.....	41
Figura 08: Recuperação do Centro de Porto Alegre.....	41
Figura 09: Rua 25 de março- Centro- Pinheiros, São Paulo-SP.....	42
Figura 10: Marginal Pinheiros em novembro e abril/ 2007.....	43
Figura 11: Av Tancredo Neves	45
Figura 12: Av Tancredo Neves	45
Figura 13: Avenida Sete Portas	46
Figura 14: Avenida Sete Portas	46
Figura 15: Mapa de Localização dos Pontos focais.....	54
Figura 16: A Cidade Fortaleza- “o castrum”.....	55
Figura 17: A Cidade Fortaleza- Expansão Norte	56
Figura 18: Primeira Planta da Cidade do Salvador.....	58
Figura 19: Mapa de delimitação da área de estudo.....	63
Figura 20: Mapa de delimitação da área de estudo.....	64
Figura 21: Forte de São Pedro.....	75
Figura 22: Foto aérea da área	75
Figura 22: Casa de Itália.....	76
Figura 24: Foto aérea da área delimitada.....	76
Figura 25: Colégio Nossa Sr ^a das Mercês	77
Figura 26: Foto aérea da área delimitada.....	78
Figura 27: Praça da Piedade	79

Figura 28: Foto aérea da área delimitada.....	79
Figura 29: Edifício Fundação Politécnica	80
Figura 30: Foto aérea da área delimitada.....	80
Figura 31: Relógio de São Pedro.....	81
Figura 32: Foto aérea da área delimitada.....	82
Figura 33: Mosteiro de São Bento.....	83
Figura 34: Foto aérea da área delimitada	83
Figura 35: Praça Castro Alves	84
Figura 36: Foto aérea da área delimitada.....	85
Figura 37: Moradores de Rua – Rua Visconde de São Lourenço	87
Figura 38: Rua Visconde de São Lourenço.....	88
Figura 39: Av. Sete de Setembro- Vitória.....	88
Figura 40: Edificação anexo a faculdade UNIRB- Mercês.....	90
Figura 41: Fachadas do Comércio local – Mercês.....	90
Figura 42: Descaracterização de Fachada – Praça da Piedade	90
Figura 43: Excesso de elementos de comunicação	90
Figura 44: Relógio de São Pedro às 6 :00 hs	92
Figura 45: Relógio de São Pedro às 13:00 hs	92
Figura 46: Edifício Fundação Politécnica às 6:00 hs	92
Figura 47: Edifício Fundação Politécnica às 13:00 hs	92
Figura 48: Praça dos Aposentados às 6:00 hs	93
Figura 49: Praça dos Aposentados às 13:00 hs	93
Figura 50: Via de Circulação às 6:00 hs	93
Figura 51: Via de Circulação às 13:00 hs	93
Figura 52: Vista entrada de Salvador pela BR 324.....	94
Figura 53: Vista entrada de Salvador pela BR 324	94
Figura 54: Letreiro e tapumes , Praça Castro Alves.....	95
Figura 55: Letreiro e tapumes , Praça Castro Alves.....	95
Figura 56: Utilização de Letreiros nas Fachadas	95
Figura 57: Utilização de fiação Aérea.....	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Investigação quanto à idade	66
Quadro 02 – Investigação quanto ao gênero	67
Quadro 03 – Investigação quanto à origem	68
Quadro 04 – Investigação quanto à escolaridade	68
Quadro 05 – Investigação quanto à renda	69
Quadro 06 - Investigação quanto ao meio de locomoção	70
Quadro 07 – Investigação quanto à frequência na área	71

LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
CEAB	Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia
CONTRAN	Conselho Nacional de Transito
IPSP	Instituto Paulista de Stress, Psicossomática e Psiconeuroimunologia
LOUS	Lei de Uso e Ordenamento do Solo
MEAU	Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
SEPLAM	Secretaria de Planejamento
SUCOM	Superintendência de Uso e Ordenamento do Solo de Salvador
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1.0	INTRODUÇÃO	15
1.1	TEMA	16
1.2	CONFIGURAÇÃO DO PROBLEMA.....	16
1.3	OBJETIVOS DA PESQUISA.....	17
1.3.1	Objeto Geral	17
1.3.2	Objetivos Específicos	17
1.4	ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA.....	18
2.0	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1	A PERCEPÇÃO HUMANA.....	19
2.2	BASE PARA ANÁLISE E COMPREENSÃO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL.....	22
2.2.1	Topofilia	22
2.2.2	Percepção Ambiental Urbana	23
2.2.3	A Paisagem Urbana	25
2.2.4	Apropriação da Paisagem Urbana	29
2.3	POLUIÇÃO VISUAL	31
2.4	O DIREITO A UMA PAISAGEM SEM POLUIÇÃO VISUAL.....	36
2.4.1	A Poluição Visual e a Legislação Municipal	39
2.5	POLUIÇÃO VISUAL E O ESTATUTO DA CIDADE.....	43
2.6	POLUIÇÃO VISUAL E A SEGURANÇA NO TRÂNSITO.....	44
3.0	METODOLOGIA	47
3.1	O MÉTODO FENOMENOLÓGICO.....	47
3.2	IDENTIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO E ENQUADRAMENTO DA INVESTIGAÇÃO	50
3.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	52
3.4	A PESQUISA DE CAMPO.....	52

4.0	UNIDADE DE ESTUDO : CENTRO TRADICIONAL DE SALVADOR	55
4.1	BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO URBANA DE SALVADOR	55
4.2	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO	62
4.2.1	Delimitação da Área de Estudo	63
5.0	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	65
5.1	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DESCRITIVA DAS ENTREVISTAS	65
5.2	ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS QUANTO AOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS	72
5.2.1	Identificação dos Pontos Marcantes e Lugares Referenciais no Trecho Urbanos Objeto de estudo	73
5.2.2	Identificação dos Principais Locais e Elementos Causadores de Poluição Visual	86
5.2.3	Critérios para Análise da Poluição Visual e Contribuições a Legislação Municipal	98
6.0	CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	100
	REFERÊNCIAS	103
	APÊNDICE	107

1.0 INTRODUÇÃO

A necessidade emergente de ampliação de estudos sobre a percepção ambiental e a tomada de consciência da fragilidade dos instrumentos que compõem os planos de desenvolvimento urbanos das cidades, em particular, Salvador, nortearam a elaboração desse projeto de pesquisa.

Neste, após uma análise preliminar da apropriação do espaço urbano que, ao decorrer do tempo, vem sofrendo diversas modificações, nos seus aspectos físicos, simbólicos e até mesmo da sua utilização, intuiu-se um instigante problema para a engenharia ambiental: o controle da poluição visual que, muitas vezes, confunde, atrapalha e dificulta a leitura e a percepção ambiental dos elementos que compõem o centro tradicional da cidade do Salvador.

Assim, optou-se por entender esta problemática, reunindo nesta dissertação, conceitos teóricos e a própria opinião dos cidadãos que vivenciam a área do centro tradicional de Salvador, além de encaminhar recomendações sobre a temática da gestão ambiental que contenham um esforço coletivo.

A área selecionada para estudo dessa pesquisa é o Centro da Cidade do Salvador ou Centro Tradicional. Segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), este espaço está restrito ao trecho: do Forte de São Pedro à Praça Castro Alves.

A área escolhida caracteriza-se por manter forte representação: histórica, cultural, paisagística e por conter, em sua abrangência, edifícios de grande expressão da arquitetura, assim como áreas abertas (praças) de forte contexto ambiental.

Essa proposta centrou-se na linha de pesquisa da Produção e Gestão do Ambiente Construído do Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana da UFBA, e objetivou compreender melhor a inter-relação entre o homem e o meio ambiente, seus desejos, necessidades, expectativas e julgamento do espaço habitado, bem como do qual ele faz parte.

Uma análise da poluição visual, tendo o usuário como norteador de percepção, a fim de contribuir com a legislação de uso e ordenamento do solo e a prática de um planejamento do ambiente construído é o objetivo dessa pesquisa.

1.1 TEMA

Interferência da poluição visual na percepção do Centro Tradicional da Cidade do Salvador.

1.2 CONFIGURAÇÃO DO PROBLEMA

A referida área de interesse, do Forte de São Pedro à Praça Castro Alves, mantém signos da cultura baiana, espaços de forte referencial ambiental e que, no decorrer do tempo, vem sofrendo grandes e significativas mudanças na sua paisagem urbana.

A ausência de estímulos que contribuam para o sentimento de pertencimento ao meio ambiente em que vivemos, associada à falta de prática dos direitos contidos na constituição à qual estamos subordinados, nos faz meros objetos da composição da paisagem. Esta, por sua vez, associada à ausência de um planejamento urbano que leve em consideração aspectos sociais e culturais dos usuários, faz com que a cidade muitas vezes não tenha uma identidade e dificulte o poder de localização das pessoas que habitam e transitam diariamente por ela.

A Lei Federal nº 6.938/81 (art.3º, Inc. III, letra d.) (BRASIL, 1981), que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, define meio ambiente como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. Neste caso, reconhecer que o instrumento legal qualifica a paisagem urbana como valor ambiental nos serviu como pressuposto para uma análise da poluição visual.

A concepção de meio ambiente ainda encontra-se disseminada e apreendida pela maioria da população como o meio que está diretamente ligada aos recursos naturais, o que sempre remete ao levante de bandeira na defesa da preservação da natureza.

Conforme mencionado, esta pesquisa pautou-se na análise da percepção da população de uma área pertencente à cidade do Salvador, e esteve concentrada na linha de pesquisa “Produção e Gestão do Ambiente Construído”, do Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana. Nela, buscou-se compreender a relação entre o homem e o meio ambiente, seus desejos, necessidades, expectativas e julgamento do espaço habitado, bem como do qual ele faz parte em suas diversas

formas de convívio. Focou-se, nesta análise, a poluição visual em que se encontra a cidade do Salvador.

Esse trabalho pretende servir de contribuição ao sentimento de pertencimento da população e consolidação da cidadania, bem como diagnosticar as principais causas e consequências da Poluição Visual na referida área de estudo, assim como servir de contribuição à legislação pertinente ao tema, referente ao município de Salvador.

1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.3.1 Objetivo Geral:

Investigar as interferências provocadas na percepção ambiental, em decorrência da poluição visual, no trecho compreendido entre o Forte de São Pedro e a Praça Castro Alves, buscando subsídios convergentes a uma adequada leitura dos espaços públicos da Cidade de Salvador.

1.3.2 Objetivos Específicos:

- Identificar pontos marcantes e lugares referenciais pela população, no trecho urbano objeto de estudo.
- Identificar os principais locais e elementos causadores de poluição visual apontada pelos usuários.
- Compreender o processo e estabelecer critérios para analisar a poluição visual, de modo a fornecer subsídios a uma revisão da legislação municipal vigente.

1.4 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

Essa dissertação encontra-se organizada em seis capítulos de acordo com a necessidade de compreensão e o decorrer da mesma.

Ao primeiro capítulo, coube a introdução do trabalho com indicação do tema em estudo, a descrição e formulação do problema assim como os objetivos gerais, específicos, suas limitações e importância.

No segundo capítulo, é apresentada uma revisão bibliográfica acerca dos temas: poluição visual, percepção e paisagem, na visão de geógrafos como Milton Santos, Paul Claval e urbanistas como Kevin Lynch, Vicente Del Rios e outros, os quais serviram de base para a compreensão da temática, assim como para dar significância e respaldo à pesquisa.

No terceiro capítulo, encontram-se os procedimentos metodológicos baseados na caracterização da pesquisa qualitativa e suas interfaces com a fenomenologia, assim como o processo de coleta de dados utilizando a revisão bibliográfica e entrevistas de campo na área especificada.

Encontra-se, no quarto capítulo, um recorte da história e evolução física da cidade de Salvador, buscando enquadrar a área selecionada, utilizada nesta dissertação: do Forte de São Pedro à Praça Castro Alves, trecho pertencente à Avenida Sete de Setembro no Centro Tradicional da referida cidade.

Ao quinto capítulo, coube, de acordo com os procedimentos e linha metodológica, com ênfase na fenomenologia, ratificar os relatos das entrevistas com levantamento fotográfico necessário para a visualização da problemática aflorada nos pontos focais.

No sexto e último capítulo desse trabalho, registraram-se os resultados obtidos de acordo com os objetivos, acompanhados de conclusões e recomendações, que poderão balizar o poder público em projetos que utilizem a percepção e a paisagem na resolução de problemas como a poluição visual; assim como servir de base para futuras pesquisas na área.

2.0 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A PERCEPÇÃO HUMANA

As intervenções realizadas no espaço, através de construções, sistemas viários, dispositivos de informações, mobiliário urbano e outros elementos, com objetivo de atender a funções pré-determinadas ou simplesmente proporcionar o deleite, imprimem ao mesmo diversas paisagens que afetam o comportamento do homem em suas relações com o seu semelhante e com o meio em que está inserido.

A conduta e reação humana com o espaço estão diretamente ligadas à maneira em que ele se relaciona com as diversas paisagens apresentadas, ou, de que forma ele consegue decodificá-las e reagir aos estímulos de aceitação ou de rejeição. Esse processo denominado percepção – que do latim registra-se como *percipere* e tem significado de: compreender, dar conta – em português segundo Ferreira (1988, p.496), tem amplas definições, a saber: “adquirir conhecimento por meio dos sentidos, formar idéia de, abranger com a inteligência, entender, compreender, conhecer, distinguir, notar, ouvir; ver bem, ver de longe e divisar.”

O estudo da percepção encontra-se envolto no campo da psicologia, que centra as questões do referido tema no campo da cognição, ou seja, do processo mental pelo qual, através de interesses e necessidades, o ser humano busca organizar e estruturar as informações de mundo que a realidade lhe apresenta, necessitando, portanto, que essas informações sejam selecionadas e conferidas às mesmas, significados.

Entretanto, outras áreas ocupam-se em também estudar as interfaces da percepção e suas contribuições para construção de um mundo sustentável. A exemplo da geografia, arquitetura e engenharia, que buscam entender como o comportamento humano pode contribuir para uma leitura e construção da paisagem urbana. A seguir, elencaram-se algumas definições sobre percepção na visão de pesquisadores da área em questão.

Tuan (1980, p.4), entende percepção como: “A resposta aos estímulos externos, como a atividade proposital nas quais certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados”. Para Ostrower (1987, p.12 - 13),

A percepção delimita o que somos capazes de sentir e compreender, porquanto corresponde a uma ordenação seletiva de estímulos e cria uma barreira entre o que percebemos e o que não percebemos. Articula o mundo que nos atinge, o mundo que chegamos a conhecer e dentro do qual conhecemos. Articula o nosso ser dentro de não ser.

Na definição de Ferreira (1988), “percepção é o ato ou a ação de adquirir conhecimento através do: ouvir, sentir, e **ver**”. Grifou-se esse, para ratificar o viés dessa pesquisa. Sendo assim, procura-se dar ênfase aos sentidos, com o objetivo de adquirir subsídios para análise e reconhecimento do meio ambiente.

A importância dos sentidos na percepção do espaço encontra em Kohlsdorf (1980, p.18-19), a seguinte afirmação:

Na percepção do espaço, em que pese à contribuição dos receptores visual e tátil - cinético, não comparecem apenas estas características do objeto, mas toda a sua complexidade, ainda que de maneira subjetiva. É por isso que a percepção constitui-se, no processo de conhecimento humano, a forma básica do reflexo sensorial, e não a sensação. A percepção possui caráter de maior conscientização: está intimamente ligada ao pensamento e às demais experiências anteriormente adquiridas, porque, no córtex cerebral, ocorre uma síntese dos estímulos provenientes de todos os receptores, tanto os sensoriais (sinais primários) quanto os decodificadores (sinais secundários). Em segundo lugar, esta síntese fornece a percepção caráter de globalidade, o que faz da imagem percebida “um retrato claro da realidade objetiva, onde estão abrangidos não apenas as manifestações externas, as relações superficiais, o isolado e o ocasional, mas também, junto com estes, as conexões internas importantes, genéricas e essenciais”.

E caracterizando a visão, como o principal sentido na busca da percepção, encontra-se em Tuan (1980, p.7) a seguinte ratificação “[...] o homem depende mais conscientemente da visão do que dos demais sentidos para progredir no mundo, ele é predominantemente um animal visual [...]”

Neste sentido a Figura 01, representa o esquema teórico do processo perceptivo, definido por Del Rio (1996) onde, segundo o autor, a percepção é entendida como um processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente e essa se concretiza através de mecanismos perceptivos, que tem a cognição como fio condutor. No referido esquema, a sensação, que tem os cinco sentidos como fonte de alimentação, com ênfase para a visão, é responsável pela captação de estímulos externos. O segundo estágio do processo é aquele que absorve a contribuição da

inteligência (filtros culturais) que, por sua vez, alimenta a cognição, a avaliação e conduta do indivíduo.

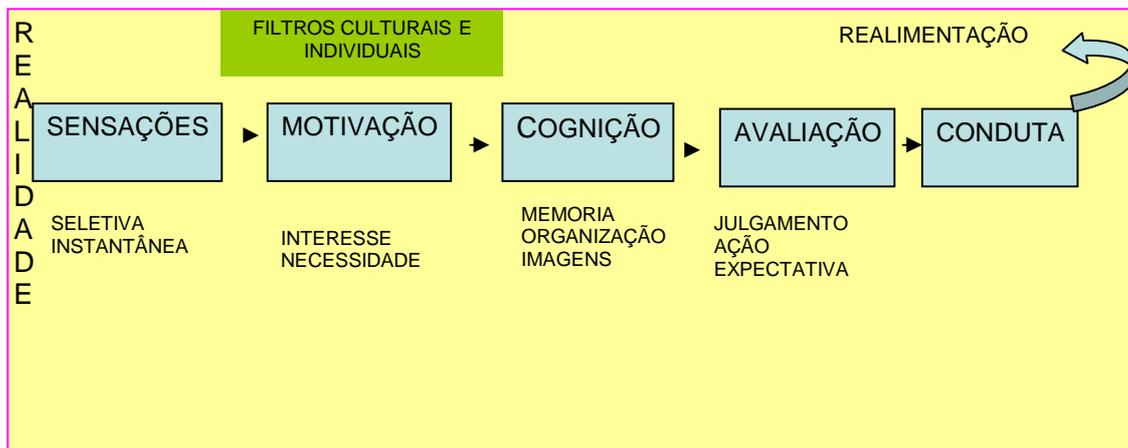


Figura 01- Esquema teórico do processo perceptivo
Fonte: DEL RIO, 1996.

Para Chauí (2001), sensação e percepção são as mesmas coisas, a percepção não é a soma de sensações separadas e sim uma totalidade de configurações sensoriais dotadas de significações, onde o percebido é sentido e encontra significado fazendo parte do mundo. No entanto, a mesma distingue percepção como uma relação do sujeito com o mundo exterior, e a sua forma de perceber sofre influências de valores sociais. Sociedades diferentes podem perceber as coisas de formas diferentes. Um espelho, uma fotografia para nossa sociedade são objetos que permitem ver uma imagem, o que não acontece com algumas sociedades indígenas, em que o ato de ver a imagem de alguém ou ver a própria imagem refletida num espelho, significa perder a identidade, provocando uma percepção de pavor.

Neste trabalho, adotou-se o conceito de percepção como o resultado onde o indivíduo, através dos seus sentidos: audição, tato, olfato, paladar e visão, associado ao seu arcabouço cultural, faz com que os elementos a ele apresentados e sentidos tenham uma significância.

2.2 BASES PARA ANÁLISE E COMPREENSÃO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL

2.2.1 Topofilia

Para Chauí, (2001) a percepção é uma conduta vital, uma comunicação, uma interpretação e uma valoração do mundo, a partir da estrutura de relações entre nosso corpo e o mundo. E continua:

A percepção envolve toda nossa personalidade, nossa história pessoal, nossa afetividade, nossos desejos e paixões, Isto é, a percepção é uma maneira fundamental de os seres humanos estarem no mundo. Percebemos as coisas e os outros de modo positivo ou negativo, percebemos as coisas como instrumentos ou como valores, reagimos positiva ou negativamente a cores, odores, sabores, texturas, distâncias, tamanho. O mundo é percebido qualitativamente, afetivamente e valorativamente. Quando percebemos outra pessoa, por exemplo, não temos uma coleção de sensações que nos dariam as partes de seu corpo, mas a percebemos como tendo uma fisionomia (agradável ou desagradável, bela ou feia, serena ou agitada, sadia ou doentia, sedutora ou repelente) e por essa percepção definimos nosso modo de relação com ela. (p.123)

A área selecionada para estudo nessa dissertação guarda em si uma especificidade: a do estreito relacionamento com a população da Cidade, pela característica de representação e afetividade. Essa relação de amor ao lugar é definida por Yi-Fu Tuan (1980, p.107), como topofilia,

A palavra “topofilia” é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o **locus** de reminiscências e o meio de se ganhar a vida.

É através dessa transformação do espaço em seu, pelo domínio, utilização e significado que se concretiza o lugar. E para o melhor entendimento quanto à definição do termo, utilizou-se como

base o mesmo autor, quando este nos diz que o espaço se transforma em lugar na medida em que adquire definição e significado.

Essa denominação que se faz pelo domínio, significado e utilização do espaço, em particular da cidade ou lugares construídos pelo homem tem em Tuan (1983, p.114) a seguinte afirmação:

O espaço construído pelo homem pode aperfeiçoar a sensação e a percepção humana. É verdade que, mesmo sem forma arquitetônica, as pessoas são capazes de sentir a diferença entre interior e exterior fechado e aberto, escuridão e luz, privado e público. Mas este tipo de conhecimento é rudimentar. O espaço arquitetônico-até uma simples choça rodeada por uma clareira pode definir estas sensações e transformá-las em algo concreto.

O lugar é o espaço apropriado por lembranças, sentimento e afeto. Pode ser caracterizado pela estética, pelo atrativo natural (topografia, clima) ou simplesmente pela transformação do espaço de acordo com as suas necessidades, o lugar é a apropriação diária, nele são guardados os resultados também de uma cultura ou de várias culturas.

2.2.2 Percepção Ambiental Urbana

Como entender ou definir Percepção Ambiental Urbana, objeto de estudo dessa pesquisa? Buscou-se explicitar alguns conceitos acerca da percepção ambiental, na visão de autores considerados importantes para o entendimento e aplicação nessa pesquisa. Inicialmente, observamos isto em Ferrara (1993, p. 18), que apresenta e ratifica a importância cultural do indivíduo como condição para uma percepção e compreensão do espaço construído, afirmando que:

A percepção urbana é uma prática cultural e através dela é possível certa compreensão da cidade, para isso se embasa no espaço urbano e na imagem física da cidade, da praça e da rua. A imagem perceptiva da cidade, criada a partir da reunião de uso e hábito se sobrepõe ao projeto urbano. A imagem quando habitual mostra-se homogênea e legível. A homogeneidade quando rompida projeta elementos que qualificam o espaço urbano, esse processo que retém e guarda informação sobre a cidade, nada mais é do que a percepção.

Observa-se, por essa definição, que o arcabouço cultural que o indivíduo tem fará com que ele perceba o meio ambiente de forma diferenciado a de outro indivíduo que tenham uma cultura diferenciada da sua.

Na Wikipedia (2008), encontra-se a seguinte definição de Tylor, considerado como criador do conceito moderno de cultura, como: “todo um complexo que inclui os conhecimentos, crenças, arte, moral, costumes e todas as demais disposições e hábitos adquiridos pelo homem, enquanto membro de uma sociedade.”

Na visão de Tuan (1980), a realidade não é vista por duas pessoas da mesma maneira, tampouco o meio ambiente é avaliado da mesma forma por dois grupos sociais, uma vez que por mais diversas que sejam as percepções do meio ambiente por membros da mesma espécie, existem certas limitações para ver as coisas. Apesar de possuir órgãos dos sentidos similares, os seres humanos divergem bem cedo no desenvolvimento e uso das capacidades desses órgãos, o resultado é que as atitudes com o meio ambiente são diferentes, variando de cultura para cultura a capacidade de usar os sentidos. Em Tuan (1980), encontra-se a assertiva de que a percepção ocorre quando os sentidos respondem aos estímulos, bem como certos fenômenos são registrados por uma atividade proposital, enquanto outros são bloqueados.

Gibson (1974, p.9) define percepção através de um questionamento: “Como percebemos o mundo que nos rodeia?” Com isto, introduz a resposta como viés para análise da percepção ambiental que, segundo suas palavras, “percebemos um mundo cujas variáveis fundamentais estão centradas no espaço e no tempo”, ou seja, o mundo que percebemos tem uma extensão e tem um tempo. Para Gibson, a visão é o principal estímulo físico a ser utilizado na percepção espacial. Para Kohlsdorf (1980 p.18-19),

Na percepção do espaço, em que pese à contribuição dos receptores visuais e tátil-cinético, não comparecem apenas estas características do objeto, mas toda a sua complexidade, ainda que de maneira subjetiva. É por isso que a percepção constitui-se, no processo de conhecimento humano, a forma básica do reflexo sensorial, e não a sensação. A percepção possui caráter de maior conscientização: está intimamente ligada ao pensamento e às demais experiências anteriormente adquiridas, porque, no córtex cerebral, ocorre uma síntese dos estímulos provenientes de todos os receptores, tanto os sensoriais (sinais primários) quanto dos decodificadores (sinais secundários). Em segundo lugar esta síntese fornece a percepção caráter de globalidade, o que faz da imagem percebida “um retrato claro da realidade objetiva, onde estão

abrangidos não apenas as manifestações externas, as relações superficiais, o isolado e o ocasional, mas também, junto com estes, as conexões internas importantes, genéricas e essenciais”.

Baseado nessa definição, ratifica-se a importância da visão como elemento principal para que o indivíduo possa fazer a leitura clara do ambiente em que está relacionado e possa fazer julgamento acerca deste de acordo com o seu arcabouço cultural.

Ainda de acordo com Kohlsdorf (1979, p.58):

A percepção do espaço físico se apóia na unidade entre sujeito e objeto. Trata-se de uma relação com um meio, real ou lógico, que não se caracteriza por ser o lugar onde as coisas estão colocadas, mas o meio pelo qual sua disposição se torna possível. Passa-se, portanto da noção idealista de espaço passivo e neutro para um conceito de espaço ativo. Que se consubstancia na referida unidade sujeito-objeto, na medida em que é a presença do corpo humano no mundo que o mantém vivo, animado, visível e passível de conhecimento.

Na definição de percepção ambiental de Oliveira; Machado (1987), registrou-se aporte para entendimento e acréscimo da palavra ‘urbana’, visto que o mesmo explicita e dá ênfase ao espaço construído. Para os autores, percepção ambiental é uma ação inerente a todos os indivíduos e a desenvolvemos através do contato atual, direto com os objetos que compõem o mundo circundante e com seus movimentos. Assim, percebe-se que o ambiente está em constante transformação, seja pelos processos da natureza ou pelos processos sociais, econômicos, políticos e/ou culturais, que cunham diferentes e mutantes organizações de paisagens.

2.2.3 A Paisagem Urbana

O processo de urbanização muitas vezes desconsidera que o conjunto de elementos que compõem a paisagem urbana, como calçadas, praças, ruas, equipamentos, vegetação e recursos naturais, necessita de preservação das agressões quanto às interferências predativas do homem; assim como não leva em conta, na sua organização, a carga de referências culturais e afetivas do cidadão. Essa falta de cuidado reflete, consideravelmente, na qualidade do ambiente construído.

Para esta pesquisa e uma melhor compreensão do cenário em que se desencadeou o estudo, buscou-se, inicialmente, aporte na geografia, em particular, em conceitos e entendimentos da paisagem na visão de Milton Santos e Paul Claval e, posteriormente na ótica de Kevin Lynch.

A forma como é percebido o mundo tem, inicialmente, a visão como principal sentido na busca da decodificação do meio que nos cerca. O olhar, ao se abrir para o espaço, caminha, constrói e descreve a paisagem que se descortina, na aventura de se perpetuar como em uma pintura. Era assim que se configurava a visão de alguns geógrafos até o século XVIII, a paisagem era o principal motivo das pinturas. Claval (2004) apresenta sua definição de paisagem, começando por explicar a história de seus tipos de representação, a partir da perspectiva como técnica difundida no Renascimento, citando artistas como Brunelleschi que, de acordo com os seus enquadramentos de paisagens, incentivaram a busca por outras técnicas. Enfim, definindo, a priori, a paisagem como: “quadros que apresentam um pedaço da natureza, tal como a percebemos a partir de um enquadramento”. (CLAVAL, 2004, p. 13).

Estudos sobre a descrição da paisagem como interface entre os homens e a natureza deram origem à “geografia humana” que, a partir do século XIX, abriu a visão dos geógrafos para as “relações complexas que se desenvolvem entre os homens e os ambientes onde eles vivem”, e assim, aprofundando a maneira de analisar as paisagens além de suas fisicidades. (SANTOS, 1997)

Na mesma linha de reflexão, observamos ainda que:

1

[...] não se trata mais de contentar-se em descrever o meio ambiente no qual vivem e trabalham os homens; o que se procura compreender são as relações complexas que se estabelecem entre os indivíduos e os grupos, o ambiente que eles transformam, as identidades que ali nascem ou se desenvolvem. Este é um dos caminhos reais para compreender o mundo [...]. (CLAVAL, 2004, p. 71).

Ao buscar ratificação ao entendimento do significado e importância da paisagem como produto forjado pelo homem, cunhando seus atributos sociais e culturais, verificou-se nas palavras de Santos (1997) que não há separação entre ação e o objeto, pois esses devem ser tomados em conjunto como tema central do espaço geográfico, que é mutável, pois ações novas estão se dando sempre sobre velhos objetos, alterando-os, transformando as suas essências, criando a

cada evento uma nova geografia, haja vista que os objetos estão imersos em um sistema de relações e transformações sociais.

Santos (1997), em análise do contexto geográfico, faz uma distinção entre “paisagem” e “espaço” relevante para o desenvolvimento deste trabalho, onde define paisagem como sendo a fisicidade e os produtos dos processos de produção no espaço geográfico; em seu livro *Metamorfose do espaço habitado* (1997) o autor explica:

Todos os espaços são geográficos porque são determinados pelo movimento da sociedade, da produção. Mas tanto a paisagem quanto o espaço resultam de movimentos superficiais e de fundo da sociedade, uma realidade de funcionamento unitário, um mosaico de relações, de formas, funções e sentidos. (SANTOS, 1997, p. 52)

O autor afirma que a formação da paisagem não se cria repentinamente, mas pela intervenção e substituições que o homem promove junto à mesma.

A lógica pela qual se faz um objeto no passado era a lógica da produção naquele momento. Uma paisagem [...] é um conjunto de objetos que tem idades diferentes, é uma herança de diferentes momentos já passados. A paisagem não é dada para todo o sempre, é objeto de mudança. É uma espécie de marca da história do trabalho, das técnicas. [...] suscetível a mudanças irregulares ao longo do tempo, a paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos de diversas maneiras de produzir as coisas, de construir. (SANTOS, 1997, p.63)

Na mesma obra, Santos (1997, p.26-27) define também espaço como sendo as ações sobre essas matérias:

O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis porque sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. Não é o espaço, portanto, como nas definições clássicas da geografia, o resultado de uma interação entre o homem e a natureza bruta, nem sequer um amálgama formado pela sociedade de hoje e o meio ambiente.

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da

forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por consequente, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, tem um papel na realidade social.

Entretanto, há uma clara dialética nessa teoria, ou seja, esses dois eixos se confluem, forma-conteúdo, a ponto de que é na paisagem que o espaço do homem se realiza.

Enfim, Santos (1997), traz à tona a fisionomia e conteúdo do espaço geográfico como partes que se complementam num todo complexo, esclarecendo quanto às dinâmicas das transformações da paisagem promovidas pelas ações da sociedade no espaço, e, nessa dialética, exclama que o espaço será sempre a radiografia das necessidades atuais da sociedade em plena mutação.

Essa definição da paisagem e espaço, associada ao de topofilia, serviu de lastro no entendimento das relações e percepção do usuário e o seu meio. Neste contexto, as interferências no espaço pelo homem, que cunha forma, aparência, sentidos criando assim a paisagem contemporânea, deve ser tratada de maneira diferenciada, pois acirramos desde o processo de industrialização, a modificação do espaço original em uma velocidade que não nos permite fazer uma leitura da mesma, seja pela sua representatividade, legibilidade como pelo seu tempo de permanência.

Essa afirmação é ratificada por Santos (1997) quando diz que:

A paisagem não tem nada de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade. (p.68)

A partir da análise das considerações citadas a respeito da paisagem, assumiu-se nesse trabalho, o entendimento e significado da mesma, seguindo definição de Santos, (1997, p.70):

A paisagem existe, através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. No espaço, as formas de que se compõe a paisagem preenchem, no momento atual, uma função atual, como resposta às necessidades atuais da sociedade [...].

Ainda de acordo com Santos (1997, p.70), “[...] A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre

homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima”. O que imprimiu a essa pesquisa a importância do registro da participação e percepção dos verdadeiros atores (usuários) que fazem a paisagem urbana do Centro Tradicional de Salvador.

2.2.4 Apropriação da Paisagem Urbana

Assim, a paisagem deve ser entendida como um sistema de criação constituído de signos que projetam o sistema social, que é transmitido, reproduzido, experimentado e explorado. Aponta-se aqui o perigo de interpretações superficiais da paisagem, a qual pode ser algumas vezes, apenas simulacro cultural. Entretanto, o desafio para os urbanistas e ambientalistas, está em contextualizar e buscar significado(s) para, enfim, interpretá-la.

Até que ponto as interferências e composição da paisagem poderão ser consideradas demasiadamente excessivas para ratificá-las como prejudicial ao espaço? Este questionamento remete ao entendimento da percepção, segundo Raport (1978, p.171),

Antes mesmo que os elementos possam ser organizados em esquemas e avaliados, eles serão percebidos. A percepção é o mecanismo mais importante que relaciona os homens com o meio ambiente. As pessoas experimentam o meio ambiente através dos sentidos e qualquer informação vem a nós através de nossa percepção ou da percepção de outra pessoa.

Percebe-se então a importância do processo sensorial e perceptivo do ser humano, em sentir, experimentar, compreender e agir diante da sua realidade extracorpórea. Logo, a percepção depende diretamente da experiência e dos sentidos que o observador disponha na análise e leitura da paisagem urbana, ratifica-se a palavra sentidos, que segundo Arnheim (1973, p.77):

[...]. a percepção não pode se limitar ao que os olhos registram do mundo exterior . Um ato perceptivo não se dá nunca isolado, é somente a fase primária de uma corrente de inúmeros atos similares, resgatando o passado registrado na memória. De modo semelhante, as experiências atuais, armazenadas e construídas como produto do passado, pré-condiciona a percepção do futuro. Portanto, a percepção no seu mais amplo sentido, deve incluir as imagens mentais e sua relação com a observação sensorial direta.

Ratifica-se então que os sentidos podem ser afetados diretamente e de várias formas, a depender da maneira e complexidade em que a paisagem se configura. O ambiente pode, se a sua construção permitir, ter ventilação ou não, fazendo com que o corpo tenha sensações de frio e calor, pode permitir diversas texturas e sons que permitam ao corpo reagir de acordo com o tato e a audição; essa última, motivo de muitos estudos acerca da poluição sonora. Diferentemente, a visão, como elemento de percepção do ambiente construído, é tratada de maneira ainda secundária, sem a devida importância, em uma paisagem que a todo tempo, tende a sofrer mudanças.

Entretanto, a decodificação e reação à paisagem se dão pela leitura dos signos que o observador fará desse cenário, no caso da área em estudo nesse projeto, os observadores trazem referenciais de culturas diversas, o que fará com que a percepção acerca da poluição visual tenha outras significâncias. Lynch (1980) desenvolveu, por meio do método de investigação qualitativa, a possibilidade de identificar, através dos habitantes de três cidades, como os mesmos compreendiam e vivenciavam o espaço urbano. Para tanto, atribuiu três componentes de investigação: identidade, estrutura e significado; referendado em cinco elementos importantes, para que houvesse o reconhecimento, locomoção e localização no espaço da Cidade. A seguir apresenta-se descrição de quatro elementos que foram utilizados nesta dissertação: vias, limites, cruzamento e pontos marcantes.

Vias: São os percursos ou canais pelos quais o observador se move, ocasionalmente ou potencialmente, experimentando e registrando imagem dos lugares. Nesse está englobado qualquer trajeto que o observador utilize como canal de circulação, ruas, avenidas, estradas, becos, trilhas, ruas de pedestre, etc. (LYNCH, 1980).

Limites: São as fronteiras entre duas partes, podendo ser essas barreiras físicas e naturais (montanhas, rios, praias) ou elementos edificados pelo homem (ruas, autoestrada). Os limites são avaliados segundo certas qualidades que contribuem para a legibilidade dos lugares. Eles não se constituem e não são considerados como vias de circulação (LYNCH, 1980).

Cruzamentos: São pontos estratégicos de uma cidade, através dos quais o observador pode nela penetrar, além disso, constituem intensivos focos para os quais ele se desloca. Pode ser momento de mudança de uma estrutura para outra ou ponto de concentração revestida de significados, devido aos hábitos locais ou por seu simples aspecto físico (LYNCH, 1980).

Pontos Marcantes: São presenças físicas de elementos que marcam a paisagem para o observador (ex: monumento, loja, montanha ou edifício). A sua utilização no desenho urbano implica na sua distinção e evidência em relação a uma quantidade de outros elementos. Consideramo-nos o marco visual, o elemento de encontro, de refúgio e de certeza que o observador tem em relação a sua posição geográfica (LYNCH, 1980).

Esses elementos sugeridos por Lynch (1980) como importantes para o desenho urbano e, conseqüentemente, para que o observador (usuário) possa percorrer a sua cidade decodificando-a e incorporando-a ao seu meio, devem ser claros e atender à sua escala, o que não vem ocorrendo nos grandes centros, onde a presença de elementos desorganizados e comprometidos com o apelo comercial e visual tem contribuído diretamente para a propagação da poluição visual nos referidos espaços (LYNCH, 1980).

Kohlsdorf (1980) faz uma análise da cidade, que é relevante para o entendimento da área aqui em estudo, seja ela:

Como fenômeno real, a cidade é um espaço arquitetônico de tamanhos generosos, tecidos em várias dimensões físicas e que se mostra como uma totalidade formada de outras totalidades, em articulações cambiantes, fazendo com que sua lei de organização não seja nem única, nem perene, mas um conjunto onde cada edifício, árvore, praça, rua ou acidente geográfico é uma parte definida em suas características e relacionada às demais e ao todo, segundo certa ordem que repetimos, é passageira. O espaço urbano realiza metamorfoses, certamente de maneira mais intensa do que os lugares idílicos.

Neste contexto, com a intenção de se fazer uma leitura e interpretação da metamorfose que ocorre na paisagem urbana do Centro Tradicional da Cidade do Salvador, tendo a ótica dos seus usuários, é que se propôs essa pesquisa.

2.3 POLUIÇÃO VISUAL

Pensar a cidade como extensão do espaço de morar faz com que se mantenha com ela uma relação de cuidado, que extrapola a relação de uso e de espaço de ninguém. Mas como sentir os espaços da cidade como nosso se, na maioria das vezes, esses espaços não nos representam?

Lynch (1980), ao discorrer sobre a importância dos “sentidos” na análise dos espaços, registrado no livro “A imagem da Cidade”, alerta-nos, afirmando que a cidade não é apenas um objeto perceptível para pessoas das mais variadas culturas e personalidades, mas o conjunto de constantes mudanças físicas e mentais, a que os mesmos remetem.

O sentido tem uma forte importância nessa construção, pois é ele que, através da identidade, faz com que a pessoa se reconheça ou recorde de locais como sendo distintos de outros, pois a busca das experiências vividas faz com que o sujeito lhes pertença. Através dos sentidos, busca-se o entendimento da qualidade ambiental, analisando e tentando corrigir as intervenções que o homem, por falta de cumprimento a uma legislação específica, realiza, contribuindo, em escala progressiva, à poluição do meio ambiente.

Percebe-se como motivo de preocupação nos discursos acerca da sustentabilidade, que a poluição tem levado profissionais e sociedade a repensar seu modo de se relacionar com o mundo, fazendo com que as suas ações tenham um mínimo de contribuição na poluição dos rios, mares, na poluição sonora, poluição atmosférica, entretanto ainda com pouca ênfase na poluição visual.

De acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente, Lei n.6.938/81(BRASIL 1981) em seu artigo 3º, III, a poluição é definida como sendo a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que, direta ou indiretamente, prejudiquem a saúde, a segurança e o bem estar da população; além de afetar, de forma desfavorável, a biota, as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; criar condições adversas às atividades sociais e econômicas e lançar matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

Como conceber importância ao aspecto visual, se o mesmo encontra-se sempre apoiado no aspecto subjetivo, indireto, que trata e insere a poluição visual no campo da estética? As paisagens encontradas ao percorrer a cidade fazem com que o indivíduo goste ou não do que se apresenta à visão, julgue se belo ou feio, bom ou ruim, o que revela no mesmo, reações adversas, próprias do comportamento humano.

A poluição visual tem estado sempre à deriva ou na periferia dos debates na busca da qualidade ambiental, na pesquisa e, conseqüentemente, no entendimento da população.

Silva (2006, p.306-307) afirma que a paisagem urbana “é a roupagem com que as cidades se apresentam a seus habitantes e visitantes”. [...] “a boa aparência das cidades surte efeitos

psicológicos importantes sobre a população, equilibrando, pela visão agradável e sugestiva de conjuntos e elementos harmoniosos, a carga neurótica que a vida citadina despeja sobre as pessoas que nela hão de viver, conviver e sobreviver".

Campos (2006), em tese de mestrado, descreveu aspectos do estudo científico, realizado em 2003, pelo Instituto Paulista de Stress, Psicossomática e Psiconeuroimunologia (IPSPP), sob coordenação do Doutor Esdras Guerreiro Vasconcelos, no qual se ratificou a importância do controle da poluição visual, devido ao fato de a mesma afetar, de maneira acentuada, questões relativas ao estresse e causar prejuízos à saúde humana.

Dentre os fatores causadores de distress existente no contexto físico-social de nossa vida contemporânea, está o agente poluidor visual. Ele é visto como sendo um dos mais relevantes. O homem do século XX e, conseqüentemente, o deste século, elabora 85% das informações do meio ambiente através do sistema visual. Esse hiperdesenvolvimento do sistema visual provocou certa atrofia no funcionamento dos outros órgãos dos sentidos, ou seja, do paladar, da audição, do olfato e, sobretudo, do tato. Ver é fundamental. Ver para crer parece ter se tornado o mote de vida do homem do século da comunicação. E exatamente por ser essa via de entrada na integridade interior de nosso organismo, uma das mais importantes para o ser humano moderno, convém que se exerçam aqui redobrados cuidados, visto que tudo que penetra à membrana do receptor visual traz em si e consigo determinado potencial para desencadear um processo de stress lá dentro do corpo. (VASCONCELOS, apud. CAMPOS 2006, p.30).

Verificou-se que a importância do controle e combate à poluição visual deve estar no mesmo conjunto de preocupação com que se trata a poluição sonora e a atmosférica. Ou seja, a poluição visual deve assumir relevância superior à estética urbana e ser encarada como fator de preocupação da saúde.

A percepção das paisagens é fator de importância na qualidade ambiental que, constantemente, se busca para harmonizar a perpetuação do homem no mundo. Essa qualidade visual almejada na cidade se percebe através da capacidade que o indivíduo tem em decodificá-la.

Segundo pesquisa de Vasconcelos (apud CAMPOS, 2006, p.29), são muitos os fatores que se constituem como agentes causadores de poluição e proporcionadores do estresse; a saber:

Mídia externa: Placas; *Outdoors*; Letreiros; Faixas; *Back Lights*; *Front Lihts*, Painéis eletrônicos ou pintados.
 Grafites e pichações.
 Aglomerações permanentes de pessoas em áreas restritas da cidade (ex: zonas de pedestres, calçadas, aeroportos, estações de metrô).
 Recipientes de lixo expostos abertamente em lugares públicos.

Engarrafamentos de trânsito e vias expressas com deslocamento de automóveis e caminhões em alta velocidade.
Favelas com deficiente organização urbana e arquitetônica.
Moradores de rua alojados em viadutos e praças públicas.
Postes de fiação aérea (telefonía, iluminação, tv a cabo).

De acordo com Campos (2006), todos os agentes citados foram considerados como causadores de alterações de humor tão relevantes, que determinam ser o estresse o início de uma cadeia de sintomas fisiológicos e psicológicos que podem levar um indivíduo até o óbito.

Entre os sentidos, a visão é o de maior relevância para o homem, ele é superior a todos os outros. Sendo capaz de captar o maior número de informações e de determinar reações ao corpo humano.

A poluição visual pode causar insegurança, assim como descaracterizar paisagens apreendidas no tempo pelo cidadão. As Figuras 02, 03, 04 e 05, representam exemplos de interferências provenientes do exagero de publicidade e aglomerados de construções, que conferem descontinuidade da paisagem e, conseqüentemente, agressão visual.



Figura 02 - Centro da Cidade de Alagoíñas
Fonte: O Autor, 2009.



Figura 03 - BA Av. Bônoco- Salvador
Fonte: O Autor, 2009.



Figura 04 – Comércio - Salvador-Ba
Fonte: O Autor, 2008.



Figura 05 - Av. Bônoco - Salvador- BA
Fonte: O Autor, 2009.

Nesse contexto, elencaram-se a seguir, algumas definições sobre poluição visual na visão de pesquisadores da referida temática, referência para a formulação do conceito a ser reconhecido e adotado nesse trabalho.

Minani e Guimarães Júnior (2001) pautam sua definição de poluição visual na crescente deterioração que as cidades vêm sofrendo:

Poluição visual é, pois, consequência e resultado de desconformidades de todas essas situações e também o efeito da deterioração dos espaços da cidade pelo acúmulo exagerado de anúncios publicitários em determinados locais, porém, o conceito mais abrangente é aquele que diz que há poluição visual quando o campo visual do cidadão se encontra de tal maneira que a sua percepção dos espaços da cidade é impedida ou dificultada.

No entendimento de Ferrara (1976, p.1), a poluição visual é a negação do elo entre o usuário e a paisagem.

Em termos informacionais, poluição visual urbana é um significado determinado pela impossibilidade que o usuário encontra para apropriar-se do espaço urbano e usá-lo. Poluição é o significado de um ruído entre ambiente urbano e usuário; poluição se opõe, portanto, ao significado e ao ambiente urbano planejado, enquanto sistema de comunicação.

Encontra-se em Vargas e Mendes (2002, p.3) uma definição mais abrangente sobre poluição visual e que, segundo as autoras, baseou-se em uma definição de poluição ambiental. Para as autoras, poluição visual configura-se no:

[...] limite a partir do qual o meio não consegue mais digerir os elementos causadores das transformações em curso e acaba por perder as características naturais que lhe deram origem. No caso, o meio é a visão, os elementos causadores são as imagens e as características iniciais seriam a capacidade do meio de identificar e compreender as mensagens.

E ratificando a importância entre a preocupação da estética e saúde do usuário, que sofre a poluição visual, Santos (2003, p.1) a define como:

Efeitos danosos resultantes dos impactos visuais causados por determinadas ações e atividades, a ponto de: prejudicar a saúde, a segurança e o bem estar da população; criar condições adversas às atividades sociais e econômicas; afetar desfavoravelmente a biota; afetar as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente.

Adotou-se, nesta pesquisa, a definição de poluição visual como: tudo o que vem a dificultar a leitura das paisagens de uma cidade; impedindo a sua apropriação e transformação em lugares (topofilia) e que coloque em risco a saúde da população.

A Figura 06, representada pela foto do centro da Cidade de Simões Filho, demonstra exemplo de perda de referencial causado pelo excesso de elementos de comunicação e pela insegurança proporcionada pela utilização da calçada como comércio informal, impedindo a circulação do pedestre.



Figura 06 - Centro de Simões Filho - BA
Fonte: O Autor, 2009.

2.4 O DIREITO A UMA PAISAGEM SEM POLUIÇÃO VISUAL

A quem cabe a preservação e o dever de garantir o direito da paisagem? Segundo a Constituição Federal (1988) art. 225 (BRASIL, 1988). “Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações”.

O bem estar e o pleno desenvolvimento da vida têm sido o pressuposto norteador para definições de qualidade de vida para diversos autores e legisladores. Mas, como reconhecer e garantir a qualidade ambiental à população, se ao pensar em preservação ambiental, muitas vezes, desconsidera-se a poluição visual e pouco se tem feito para controlá-la.

Para Milaré (2000, p.64) o direito a um ambiente sadio, tem como contribuição a preservação da vida, pois,

O reconhecimento do direito a um meio ambiente sadio configura-se, na verdade, como extensão do direito à vida, quer sob o enfoque da própria existência física e saúde dos seres humanos, quer quanto ao aspecto da dignidade desta existência e qualidade de vida, que faz com que valha a pena viver.

O controle e disciplina da poluição visual urbana encontram dificuldades em variantes subjetivas como: definição, qualificação e mensuração, pois a definição de poluição visual esbarra em conceitos culturais, estéticos e os da maneira com que a população se apropria do espaço urbano.

Diferente das legislações que controlam a poluição sonora e atmosférica, facilmente definida e tendo diversos parâmetros de quantificação, a poluição visual pela sua complexidade e subjetividade encontra de maneira indireta respaldo e amparo na gestão da paisagem urbana, através das legislações Federais e Municipais.

O art.182 caput, da Constituição Federal (BRASIL, 1988), cita como um dos objetivos para o desenvolvimento da política urbana “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais e garantir o bem estar de seus habitantes”.

A Lei Federal nº 6.938/81, (BRASIL, 1981) dispendo sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e de outras providências, define no inciso III do art 3º que seria poluição:

Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

III – poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

- a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem estar da população;
- b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;
- c) afetem desfavoravelmente a biota;
- d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;
- e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

Logo, de acordo com a redação da letra “d” do inciso III, poluição visual é a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta e ou indiretamente afetem as condições estéticas e/ou sanitárias do meio ambiente. Definição considerada abrangente e subjetiva, pois como a avaliação estética, encontra-se envolva em um arcabouço cultural. Deste modo, caberia uma legislação específica e restrita a uma determinada área, que tenha seus códigos de conduta e manifestações que determinem essa cultura. Por exemplo, na Índia, permite-se que animais considerados sagrados, como as vacas, possam compartilhar o mesmo espaço com os humanos; o que, na visão e julgamento de pessoas de outra nacionalidade, com relação à estética, à saúde pública e à segurança no trânsito, seria considerado como insalubre e caótico.

Em Las Vegas, a utilização excessiva de letreiros luminosos determina a identidade visual da cidade, o que na visão de outras nacionalidades, seria considerado como fonte de poluição luminosa e prejudicial à saúde.

No inciso III do art 3º da Lei Federal nº 6.938/81, (BRASIL, 1981) os limites do que seria “afetar as condições estéticas do meio ambiente” não foram determinados pelo mesmo legislador. O que solicita o amparo à legislação municipal, por entender que esta, pode conter a abrangência de uma determinada área, área esta que, por sua vez, acolhe uma dada população, que possui conduta e conceitos acerca de comportamento e crenças locais.

De acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), o Art. 24 determina à união, aos Estados e ao Distrito Federal, a competência para legislar corretamente sobre:

VI- florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle da poluição;

VII- proteção ao patrimônio histórico, culturais, artísticos, turísticos e paisagísticos.

E segundo o art.30 da mesma lei, determina-se aos municípios a competência de:

I- legislar sobre assuntos de interesse local;

V- organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

Segundo Campos (2006), o município possui um papel importante no controle e na repressão à poluição visual urbana, visto que seria na malha urbana municipal que o homem desenvolve as suas principais atividades como: residir, trabalhar e interagir com o meio ambiente.

De acordo com Campos (2006), a degradação e ou preservação ambiental urbana está relacionada à competência do município, quanto a sua legislação de proteção ao meio ambiente e ao ordenamento do solo urbano.

2.4.1 A Poluição Visual e a Legislação Municipal

Encontra-se no Cap.VII do artigo 30 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) a incumbência aos municípios de promover, no que lhes couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento, controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano. Além disto, deve buscar agir concorrentemente com a União e com os Estados, conforme dispõe a Constituição Federal, art. 23, incisos III, IV, VI, VII e IX.

Em Salvador, registra-se na lei orgânica Municipal, de maio de 2006 (SALVADOR, 2006), através do art. 220, determinação e competência ao município na proteção ao meio ambiente e ao combate da poluição em todas as suas formas, a citar:

Art. 220. Ao Município compete proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, de modo a assegurar o direito de todos ao

meio ambiente ecológico equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida das presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito incumbe ao Município:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; definir espaços territoriais do Município e seus componentes a serem especialmente protegidos, e a forma da permissão para alteração e supressão, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

V - combater a poluição urbana, em todas as suas formas, inclusive a visual e sonora.

Alguns municípios, através de uma legislação específica, assumiram a responsabilidade em buscar o combate à poluição visual, desenvolvendo ações, principalmente quanto à regulamentação de publicidade em espaços públicos. A seguir dois exemplos de projetos e legislação específica considerada como positiva na busca da qualidade visual dos cidadãos: Porto Alegre e São Paulo.

PORTO ALEGRE.

A Secretaria Municipal de meio ambiente da cidade de Porto Alegre, amparada pela lei nº 8882/02, vem desenvolvendo um programa de controle do uso da paisagem urbana. Essa lei tem com objetivo principal, promover a ordenação e a disciplina da exploração da paisagem urbana pela utilização de veículos publicitários, buscando assim a clara percepção da paisagem e dos seus marcos referencias pelos cidadãos. Encontramos na referida lei a seguinte ratificação:

Art. 1º - O Município disciplinará o uso do Mobiliário Urbano e Veículos Publicitários atendendo aos seguintes objetivos:

I - ordenar a exploração ou utilização de veículos de divulgação presentes na paisagem urbana e visível dos logradouros públicos, assim como do mobiliário urbano;

II - elaborar e implantar normas para a construção e instalação desses veículos na cidade, objetivando:

a) permitir a percepção, a compreensão da estrutura urbana, a identificação e a preservação dos marcos referenciais da Cidade;

b) proporcionar a proteção da saúde, a segurança e o bem-estar da população, bem como o conforto e a fluidez de seus deslocamentos através dos logradouros públicos.

As Figuras 07 e 08 representam resultado do Projeto Porto Visual Alegre, em o antes e o depois.



Figura 07 - Recuperação do Centro de Porto Alegre
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE, 2006.



Figura 08 - Recuperação do Centro de Porto Alegre
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2006.

SÃO PAULO, SP:

Em São Paulo, a criação da lei Municipal de nº. 14.223/06, conhecida como Lei Cidade Limpa, tem servido de referência para outros municípios, que entenderam a importância do tratamento e preservação da paisagem como referencial na qualidade de vida dos seus habitantes. A mencionada lei criada por decreto e publicada no Diário Oficial da Cidade em 06 de dezembro de 2006, vigora desde o dia 1º de janeiro de 2007.

O principal objetivo da referida lei é o de eliminar a poluição visual na cidade de São Paulo, proibindo todo tipo de publicidade externa abusiva, como *outdoors*, painéis em fachadas de prédios, *backlights* e *frontlights*, que venha a atrapalhar a leitura da paisagem e promover a insegurança e estresse na referida cidade. Tais medidas são apresentadas no capítulo I, descrito a seguir:

CAPÍTULO I - DOS OBJETIVOS, DIRETRIZES, ESTRATÉGIAS E DEFINIÇÕES.

Art. 1º. Esta lei dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem as paisagens urbanas, visíveis, a partir de logradouro público no território do Município de São Paulo.

Art. 2º. Para fins de aplicação desta lei, considera-se paisagem urbana o espaço aéreo e a superfície externa de qualquer elemento natural ou construído, tais como água, fauna, flora, construções, edifícios, anteparos, superfícies aparentes de equipamentos de infraestrutura, de segurança e de veículos automotores, anúncios de qualquer natureza, elementos de sinalização urbana, equipamentos de informação e comodidade pública e logradouros públicos, visíveis por qualquer observador situado em áreas de uso comum do povo.

Art. 3º. Constituem objetivos da ordenação da paisagem do Município de São Paulo o atendimento ao interesse público em consonância com os direitos fundamentais da pessoa humana e as necessidades de conforto ambiental, com a melhoria da qualidade de vida urbana, assegurando, dentre outros, os seguintes:

I - os bem estares estéticos, culturais e ambientais da população;

II - a segurança das edificações e da população;

III - a valorização do ambiente natural e construído;

IV - a segurança, a fluidez e o conforto nos deslocamentos de veículos e pedestres;

V - a percepção e a compreensão dos elementos referenciais da paisagem;

VI - a preservação da memória cultural;

VII - a preservação e a visualização das características peculiares dos logradouros e das fachadas;

VIII - a preservação e a visualização dos elementos naturais tomados em seu conjunto e em suas peculiaridades ambientais nativas;

IX - o fácil acesso e utilização das funções e serviços de interesse coletivo nas vias e logradouros;

X - o fácil e rápido acesso aos serviços de emergência, tais como bombeiros, ambulâncias e polícia;

XI - o equilíbrio de interesses dos diversos agentes atuantes na cidade para a promoção da melhoria da paisagem do Município.

As figuras 09 e 10 representam exemplo de o antes e depois, onde a intervenção realizada na paisagem urbana representa a eficácia da Lei Cidade Limpa.



Figura 09 - Rua 25 de Março - Centro, Pinheiros 2006 e em abr. 2007.
Fonte: RODRIGUES, 2007



Figura 10 - MARGINAL PINHEIRO EM NOV. DE 2006 E EM ABR. DE 2007
Fonte: RODRIGUES, 2007

2.5 POLUIÇÃO VISUAL E ESTATUTO DA CIDADE

A Lei Federal nº. 10.257/2001, (BRASIL, 2001) intitulada Estatuto da Cidade, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece normas e diretrizes gerais para uma política pública urbana. Ela busca servir de balizamento para a problemática da preservação ambiental em diversos artigos que estabelecem normas de ordem pública e de interesse social, regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, assim como do equilíbrio ambiental, conforme podemos observar a seguir:

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e as futuras gerações; (grifo nosso)

IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;

VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:

- a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;
- b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;
- c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana;
- d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem a previsão da infraestrutura correspondente;
- e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;
- f) a deterioração das áreas urbanizadas;
- g) a poluição e a degradação ambiental.

2.6 POLUIÇÃO VISUAL E A SEGURANÇA NO TRÂNSITO

A legislação específica para sinalização de trânsito encontra-se pautada no Código de Trânsito Brasileiro (BRASIL, 1997) que prevê normas de conduta e também regulamenta a utilização de elementos de sinalização e publicidade, a fim de garantir a segurança do motorista e pedestre no trânsito. Encontram-se no seu Art. 80, as seguintes especificações:

Sempre que necessário, será colocada ao longo da via, sinalização prevista neste Código e em legislação complementar, destinada a condutores e pedestres, vedada a utilização de qualquer outra:

§ 1º A sinalização será colocada em posição e condições que a tornem perfeitamente visível e legível durante o dia e a noite, em distância compatível com a segurança do trânsito, conforme normas e especificações do CONTRAN.

O Art. 81. Determina a proibição em vias públicas e, nos imóveis, a colocação de luzes, publicidade, inscrições, vegetação e mobiliário que possam gerar confusão, interferir na visibilidade da sinalização e comprometer a segurança do trânsito. E, complementando, encontramos no Art. 82 a ratificação da proibição de afixar sobre a sinalização de trânsito e respectivos suportes, ou junto a ambos, qualquer tipo de publicidade, inscrições, legendas e símbolos que não se relacionem com a mensagem da sinalização.

Art. 83. A afixação de publicidade ou de quaisquer legendas ou símbolos ao longo das vias condiciona-se à prévia aprovação do órgão ou entidade com circunscrição sobre a via.

Art. 84. O órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via poderá retirar ou determinar a imediata retirada de qualquer elemento que prejudique a visibilidade da sinalização viária e a segurança do trânsito, com ônus para quem o tenha colocado.

Art. 85. Os locais destinados pelo órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via à travessia de pedestres deverão ser sinalizados com faixas pintadas ou demarcadas no leito da via.

A não observância e cumprimento a essa legislação são consideradas como um fator que vem a prejudicar a leitura e fixação da paisagem, principalmente quando há a utilização de elementos publicitários, que acabam criando um ambiente propício à poluição visual e à insegurança.

Segue, nas Figuras 11 e 12, demonstração de exemplo de afronte e descumprimento à legislação de trânsito, no seu art. 81, (COTRAN, 1997) quanto à segurança e utilização de elementos de sinalização em um viaduto que descreve, no espaço, uma linha sinuosa, tendo próximo à mesma um elemento de forte poder de desconcentrar o motorista.



Figura 11- Avenida Tancredo Neves
Fonte: O Autor, 2009.



Figura 12 - Avenida Tancredo Neves.
Fonte: O Autor, 2009.

Nas Figuras 13 e 14, podemos ver exemplos de excesso de informação em vias públicas, atrapalhando a sinalização para pedestre e motorista, contrariando o art.81.



Figura 13 - Av. Sete Portas- Salvador- Bahia
Fonte: O Autor, 2009.



Figura 14 - Av. Sete Portas- Salvador- Bahia
Fonte: O Autor, 2009.

Visando à segurança de pedestres e motoristas, encontra-se no Art. 82, complemento do Art.81 do Código Brasileiro de Trânsito, a proibição de fixação de qualquer tipo de publicidade, de inscrições, de legenda e de símbolos que não se relacionem com a mensagem da sinalização, acima de semáforos ou de respectivos suportes desses sinais, o que caracteriza infração contra a segurança e a paisagem urbana.

3.0 METODOLOGIA

Objetivando entender a metodologia adotada como lastro dessa pesquisa, buscou-se aporte na fenomenologia e em trabalhos desenvolvidos por Kevin Lynch e Vicente Del Rios, que desenvolveram estudos na área de percepção ambiental e leitura da cidade.

A fenomenologia é um método que tem como propósito a descrição dos fenômenos particulares ou a descrição das coisas, como experiência cotidiana do mundo da vida que, segundo Diegues (1992 p.79) é o “mundo cotidiano em que vivemos, agimos, fazemos projetos, entre outros, o de ciência, em que somos felizes e infelizes”.

Para Ponty (1999, p.1-2) a fenomenologia tem a filosofia como linha mestra.

[...] É a ambição de uma filosofia que seja uma “ciência exata”, mas é também um relato do espaço, do tempo, do mundo “vivido”. É a tentativa de uma descrição direta da nossa experiência tal como ela é, e sem nenhuma deferência à sua gênese psicológica e às explicações causais que o cientista, o historiador ou o sociólogo dela possa fornecer.

3.1 O MÉTODO FENOMENOLÓGICO

A busca da percepção imaginária é o convite feito por Merlau-Ponty, solicitando que o indivíduo dispa-se de toda a significância de que foi educado ou deseducado.

Para ele, o mundo vivido representa a fonte do sentido, a fonte do pensamento objetivo, conseqüentemente, o verdadeiro transcendental, e ratifica confirmando que é a partir das experiências que o sujeito se aproxima do sentido dos fenômenos, enquanto unidade de experiências. Em Ponty, existe a primazia do mundo sentido.

Trata-se de descrever, não de explicar, nem de analisar. Essa primeira ordem que Husserl dava à fenomenologia iniciante de ser uma ‘Psicologia Descritiva’ ou de retornar ‘às coisas mesmas’ é, antes de tudo, a desaprovação da ciência. [...] Tudo aquilo que sei do mundo, mesmo por ciência, eu o sei a partir de uma visão minha ou de uma experiência do mundo sem a qual os símbolos da ciência não poderiam dizer nada. Todo o universo da ciência é construído sobre o mundo vivido, e se queremos pensar a própria ciência com rigor, apreciar

exatamente seu sentido e seu alcance, precisamos primeiramente despertar essa experiência do mundo, da qual ela é a expressão segunda. A ciência não tem e não terá jamais o mesmo sentido de ser que o mundo percebido, pela simples razão de que ela é uma determinação ou uma explicação dele. (MERLEAU - PONTY, 1999, p. 3)

Esse breve entendimento da fenomenologia fomentou a reflexão sobre os objetos e as paisagens que se apresentam à consciência, que relação tem com a mesma? Que decodificações fazem? Qual a intenção? De acordo com Nogueira (2004, p.21),

Com essa visão de ciência que olharemos os cidadãos comuns, sujeitos de nossas pesquisas, vendo suas descrições dos lugares como o conhecimento concreto deles, reconhecendo suas representações do mundo e dos lugares. Tentaremos interpretar as informações dos sujeitos tal como eles nos demonstrarão, e a fenomenologia nos dá sustentação para isto, pois ela é a tentativa de uma descrição direta de nossa experiência tal como ela é.

O método fenomenológico aplicado nessa pesquisa baseou-se nos três componentes fundamentais de prospecção e análise que, segundo Sanders (apud MOREIRA, 2004), constituem a estrutura fenomenológica de pesquisa:

■ **Determinação dos limites “o que” e “quem” deve ser investigado.**

Baseando-se na afirmação de Husserl, quando diz que qualquer coisa que se faça aparecer à consciência é passível de ser investigada fenomenologicamente. Sanders (1982) sugere que “o que” ser investigado sejam os assuntos que não se prestam aos rigores da quantificação, considerados pelo autor como os candidatos naturais à abordagem fenomenológica.

E “Quem” o mesmo considera as pessoas que tem determinadas características sob observação ou aquelas pessoas que podem fornecer informações confiáveis sobre o fenômeno investigado.

■ **Coleta de dados.**

Uma vez definido o fenômeno a ser investigado e identificado(s) o(s) ator(es) participante(s), deverão ser realizadas entrevistas em profundidade. É importante o registro exato das palavras dos entrevistados para uma melhor qualidade da análise.

■ Análise fenomenológica dos dados

a – Etapa baseada nas descrições dos fenômenos, tal como revelados nas transcrições das entrevistas. As transcrições “identificam e descrevem as qualidades da experiência e consciência humanas que dão à pessoa sendo estudada a sua identidade própria” (SANDERS, 1982, p.357).

b - Etapa na qual emergem temas ou invariantes das descrições. Os temas são os elementos comuns que aparecem dentro das descrições. O que identifica um tema é a sua importância e a sua centralidade e não a frequência com que ocorre.

Associada ao método fenomenológico buscou-se complemento na metodologia aplicada por Lynch, em pesquisa que resultou na obra “A imagem da Cidade”. Essa pesquisa buscou investigar, qualitativamente, como a população se relacionava com os espaços urbanos, bem como seu entendimento da imagem da cidade onde estavam localizados. Para tanto, utilizou como pressupostos elementos que o mesmo considerava de grande importância para a construção da imagem mental como: legibilidade e imaginário. Na busca dessa ratificação, Lynch desenvolveu pesquisa direta com os habitantes em três cidades americanas: Boston, Jersey City e Los Angeles, através de uma amostragem estratificada; em que a pergunta principal era: Quais os elementos da paisagem urbana que mais comumente formam as bases dessas percepções individuais? Concluiu que – conclusão esta ratificada em livro – uma cidade legível é aquela que permite uma boa leitura de si e permite ainda que os seus habitantes consigam fazer uma boa associação dos elementos que compõem a paisagem urbana.

A proposta desse trabalho, tendo os pressupostos levantados quanto ao entendimento da paisagem e do tema em referência, classifica-se como **método qualitativo**, pois foca o ser humano enquanto agente, cuja visão de mundo é o que realmente interessa. Sendo assim, uma determinada amostragem estratificada a ser definida, deverá satisfazer a busca de elementos para uma investigação mais detalhada, pois, segundo Minayo (1994), ela não se baseia em critério numérico para garantir sua representatividade, mas visa a conhecer quais indivíduos sociais tem vinculação mais significativa para o problema a ser investigado.

Caracteriza-se, também como pesquisa aplicada, pois buscou contribuir de maneira prática nas resoluções de problemas específicos e pertinentes à sociedade, gerando atributos que auxiliem no

planejamento Urbano da Cidade do Salvador e levando em consideração a percepção e interesse local. (SILVA, 2000).

A pesquisa teve caráter exploratório, tomando como base o seu objetivo, pois percorreu área de interesse da sociedade, tornando explícita a sua problemática que, muitas vezes, encontra-se oculta e buscou contribuir na resolução do tema problema, assim como dar volume aos registros sobre os estudos da percepção ambiental e poluição visual da população em relação à Cidade do Salvador.

Caracterizou-se também como descritiva, pois objetivou a obtenção de dados descritivos da população em número representativo, verificando-se a metodologia adotada, que vivencia a área denominada Centro Tradicional da Cidade, quanto à percepção ambiental e à poluição visual.

E, através dos meios de investigação, esta pesquisa é denominada de bibliográfica e de campo, pois teve a intenção de realizar levantamento e revisão de literatura, teses, artigos, sites e outros que discorressem sobre a temática da percepção e legislação da poluição visual, o que serviu de base para análise, decodificação e tabulação dos dados e entrevistas.

Ainda buscando aporte para a ratificação da metodologia adotada para essa pesquisa, encontrou-se respaldo para a questão da percepção e investigação ambiental em Del Rio (1996), que contempla e dá ênfase à percepção em dois níveis: quanto ao processo perceptivo, cognição ou formação de imagens e ao de avaliação e conduta (julgamento e comportamento); muito embora a noção para entendimento do espaço tenha como base os conceitos de geógrafos e urbanistas estudados no referencial teórico.

Segundo Del Rio (1996) as especificidades dos estudos de percepção ambiental, seu surgimento relativamente recente e sua interdisciplinaridade, fazem com que não haja uma metodologia ou sequer um instrumento de medição que possa ser tido como o mais indicado.

Para Del Rio (1996), outras metodologias podem ser aplicadas como complementares ou “descritivas”, onde não existem os rigores de inferências rígidas de causa-efeito e nem sempre se pode atribuir correlações diretas entre os fenômenos observados. Sendo assim, essa pesquisa adotou investigação através de uma abordagem fenomenológica, pois buscou entender, além dos elementos físico-espaciais, sugeridos por Lynch e Del Rio, a problemática da poluição visual como fator de interferência da leitura da paisagem e fruto de um fenômeno intersubjetivo,

vivenciado pelos cidadãos com outros e com o seu entorno. Ou seja, um método humanístico para estudo do(s) lugar (es).

3.2 IDENTIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO E ENQUADRAMENTO DA INVESTIGAÇÃO

Através de análise preliminar, determinaram-se os principais personagens que compunham o cenário urbano, na área delimitada para estudo, do Forte de São Pedro à Praça Castro Alves. Nesta oportunidade, percebeu-se e ratificou-se que a sua formação predominante era composta por moradores, comerciantes, turistas e profissionais do sexo com faixa etária distinta e formação cultural diversa; convivendo em um contexto arquitetônico formado por comércio, instituição de ensino, bancos, moradia, monumentos históricos, praças e outros.

O espaço em estudo também contempla uma especificidade diferente de outras áreas da cidade do Salvador; ser denominada histórica e a de servir de palco para diversas manifestações política, social e festiva, a exemplo do carnaval.

Sendo assim, essa pesquisa adotou investigação, através de aplicação de entrevistas contendo perguntas, classificadas em quatro níveis de interesse do conhecimento e investigação:

- Entendimento do espaço em que o mesmo se encontra no momento da entrevista, sua percepção de cidade e de centro de cidade (com intuito de analisar a capacidade do observador quanto à localização e conhecimento da área pesquisada).
- Sua identificação com o cenário em estudo, noção de pertencimento e interação com o mesmo (com o objetivo de detectar no observador o seu laço afetivo e referencial, através de sua percepção do entorno, baseando-se nos sentidos: audição, tato e visual.).
- Sua definição de poluição e de poluição Visual (detectar junto ao entrevistado se o mesmo consegue identificar e caracterizar a área selecionada como poluída e poluída visualmente)
- Análise visual do entorno, pontos marcantes no trecho delimitado pela pesquisa e de poluição visual apontados pelos entrevistados. (Intencionou-se captar dos entrevistados a sua leitura do entorno e detectar quais os elementos que consideravam como poluidor e dificultador da leitura da paisagem).

3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos aplicados na referida pesquisa e junto à população que reside e frequenta a área delimitada objetivaram encontrar respostas quanto à percepção, análise visual e, em particular, acerca da questão da interferência da poluição visual como fator da inelegibilidade da paisagem. A análise dos dados teve como referências técnicas, aquelas utilizadas pelos autores acima citados que acreditam e preocupam-se com a relação direta entre habitantes e espaço físico da cidade.

No momento da entrevista, foi apresentado um esboço da área delimitada com pontos inicialmente considerados marcantes pelo entrevistador, a fim de servir de referência, onde o entrevistado poderia graficamente demonstrar a localização do ponto considerado crítico ao nível de poluição visual. Essa observação gráfica serviu como condutor para análise da percepção e leitura da área urbana em estudo.

Baseados nas descrições dos relatos obtidos, foram analisados os lugares no intuito de registrar, aspectos de investigação da poluição visual, percepção e características de análise que visaram referendar a fundamentação teórica escolhida para esta pesquisa.

Ainda com base nos dados obtidos, essa pesquisa realizou uma análise comparativa de como a população reconhece na área pontos de interferência da poluição visual e tentou compreender se o poder público os legitima e se atua como controlador, através da legislação de uso e ocupação do solo da cidade do Salvador.

3.4 A PESQUISA DE CAMPO

As entrevistas seguiram o roteiro (APÊNDICE A), de acordo com os princípios de abordagem indicados por Del Rio (1996), que direciona a identificar indivíduos os quais tenham relacionamento com o espaço e que a maior incidência significativa seja de pessoas residentes, visando contribuição da existência de uma maior diversidade de referenciais imagéticos, pois,

quanto maior o convívio com o espaço, maior é a quantidade de elementos registrados na imagem.

Com intuito de abarcar a expectativa dessa pesquisa, o principal instrumento das coletas de dados se deu através das entrevistas contendo perguntas abertas e fechadas. A aplicação desta transcorreu no período de outubro/novembro de 2008. As entrevistas foram realizadas por um arquiteto e um técnico que conheciam o espaço, sem, contudo, interferir nas respostas dos entrevistados; as mesmas foram aplicadas em horários distintos, contemplando principalmente os horários de maior movimentação no local.

As entrevistas, que muitas vezes, tiveram caráter de bate-papos informais, buscaram registrar a conduta e maneira de apropriação do espaço pelo entrevistado, o que proporcionou uma gama de informações que descortinaram em variantes, as quais tentamos transformar em pequenos relatos de acordo com as quatro linhas de interesse e investigação.

A área em questão, do Forte de São Pedro à Praça Castro Alves, é marcada pela diversidade de pessoas distintas em classes econômicas e nível de escolaridade; essa característica múltipla é registrada na apropriação da paisagem, diferenciada em trechos que dialogam de maneira harmônica entre si; sendo assim, optou-se por dividir a área em questão em quatro pontos de análise, na intenção de obter um diagnóstico da população que vivencia o centro tradicional de Salvador. A Figura 15 representa um mapa gráfico, com localização dos referidos pontos de prospecção, denominados de pontos focais.

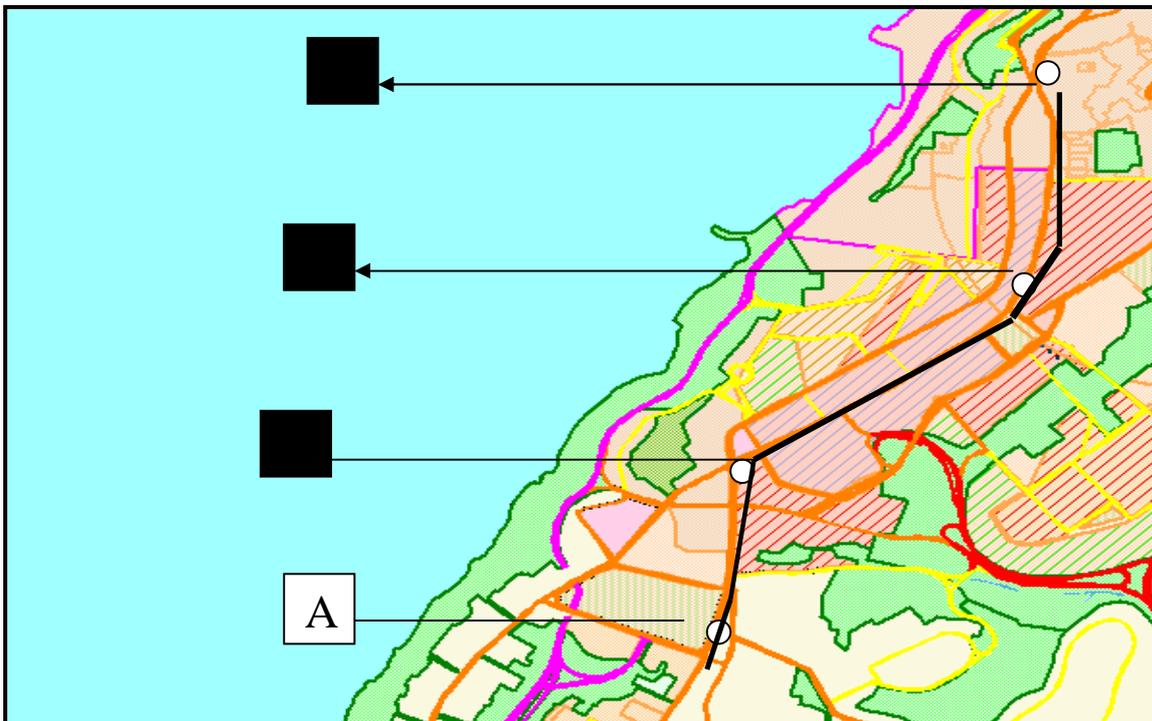


Figura 15- Demarcação dos pontos focais
Fonte: PDDU, 2004.

A delimitação dos trechos denominados de pontos focais A, B, C e D não obedeceu a nenhuma hierarquização dos mesmos com a área escolhida.

Os pontos focais de coleta foram assim denominados:

Ponto focal A: Rua Forte de São Pedro

Ponto focal B: Avenida Sete de Setembro, próximo ao Colégio Nossa Sra das Mercês.

Ponto focal C: Em frente ao Relógio de São Pedro

Ponto focal D: Praça Castro Alves.

4.0 UNIDADE DE ESTUDO: CENTRO TRADICIONAL DE SALVADOR.

4.1 BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO URBANA DE SALVADOR

O referido título faz referência a um recorte da história da evolução urbana de Salvador, no sentido de enquadrar a área ou universo dessa pesquisa no tempo e espaço. Utilizaram-se obras dos autores António Helódoro Sampaio (1998), Milton Santos (1959), Maria Helena Flexor (1997) e trabalhos realizados por pesquisadores do Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia (CEAB), para descortinar parcialmente a evolução física da Cidade do Salvador e enquadrar a área de estudo desta pesquisa.

Segundo Sampaio (1998), Salvador nasceu de uma concepção em servir como cidade fortaleza, em que obedecendo a estritas ordens de Portugal, deveria ter sua forma urbana concebida nas bases de um “castrum” conforme Figuras 16 e 17.

Salvador é um exemplo empírico desta concepção onde o espaço se reproduz com base num projeto racional pré-estabelecido, cujo princípio ordenador subjacente é não só de domínio sobre a natureza como território conquistado, bem como de imposição de uma outra estrutura social a ser mantida e assegurada pela força colonizadora.



Figura 16 - A Cidade Fortaleza - O Castrum (1551).
Fonte: CEAB, 1998



Figura 17 - A Cidade Fortaleza - Expansão norte (1556).
Fonte: CEAB, 1998

Ainda de acordo com Sampaio (1998), a intenção de um pseudoplanejamento urbano já se instaurava no nascimento da cidade do Salvador, com base em projetos centrados na força e razão, que balizavam os projetos de civilização das Américas, cujo papel da cidade se vinculava ao do ordenamento, conforme nos mostra Rama (1985) apud Sampaio (1998; p. 60) quando dizia que “[...] a ordem deve ser estabelecida antes que a cidade exista, para impedir assim toda futura desordem” assim indicava o nascimento da cidade Fortaleza.

Na concepção dessa cidade fortaleza, considerada como não civilizada, a cultura local foi desprezada pelos colonizadores, sendo considerada como irrelevante e o seu meio ambiente natural entendido como um novo campo a ser explorado e a garantir riquezas à coroa e aos interesses internacionais, apenas.

Entretanto, já se encontra nesse projeto de construção da cidade-fortaleza uma prévia de legislação, considerado que em 1549, através do então governador geral do Brasil Tomé de Souza, coube instruções ao Mestre Luiz Dias, instruções estas que deveria seguir rigidamente, como:

- A povoação deveria ser em outra parte, mais para dentro da Baía de Todos os Santos;
- A fortaleza núcleo de povoação, precisava ser forte e ter condições de boa defesa;

- Deveria ter disposição e qualidade de, com o correr do tempo, se desenvolver em uma “povoação grande”, para possibilitar o pleno desempenho de suas funções como “cabeça” do Brasil.
- No seu surgimento, o importante regimento estatui adequadamente normas relativas à construção da Cidade.

Neste contexto, considera-se a importância atribuída ao espaço, paisagem e função, pois, através do regimento de construção da cidade, verifica-se a questão ambiental; muito embora o projeto dessa cidade fortaleza encontrasse, no seu traçado de construção, ordens e disposições que a Coroa Portuguesa impunha às suas colônias.

Dentro das especificações do referido regimento, encontram-se registro no livro “Evolução Física de Salvador”, do CEAB (1998, p.25), as seguintes indicações do Rei para a escolha do sítio.

Ordenei ora de mandar nas ditas terras fazer sua fortaleza e povoação grande e forte em hum lugar conveniente para dahy se dar favor e ajuda as outras povoações e se menistrar justiça e prover nas causas que cumprirem a meu serviço e aos negócios de mynha fazendo e a bem das partes e por ser enformado que a Bahia de Todos os Santos he o lugar mais conveniente da costa do Brasil para se poder fazer a dita povoação e asento asy pela desposição do porto e rios que nella entrão como pela bondade, **abstramça e saúde da terra** e por outros respeitos ay por meu serviço que dita Bahia se faça a dita povoação e asento. (grifo nosso).

Assim, após inspeção e reconhecimento do interior da Baía de Todos os Santos, o trecho selecionado para a efetiva implantação da cidade se fez entre as gargantas da Barroquinha e do Taboão, por apresentar os requisitos que foram impostos no regimento e planta trazidos por Tomé de Souza, de acordo com a Figura 18.

- Ao Norte, tendo início na Rua da Misericórdia, na existência de uma depressão, natural do terreno que servia de fosso, e que fora entulhado posteriormente, em posição a atual Rua 28 de Setembro;
- Ao Sul, no vértice do triangulo fortificado porta da denominada de Santa Luzia, limitada pela atual Praça Castro Alves;

■ Ao Leste, o lado que se comunicava com o vale, através de uma ladeira com degraus, conhecida pelos antigos como Beco da Água de Gasto, hoje atual Rua do Pau da Bandeira, que dava acesso através das rampas e degraus ao porto e/ou ribeira das naus, construindo a ligação entre a Praia e a Cidade.

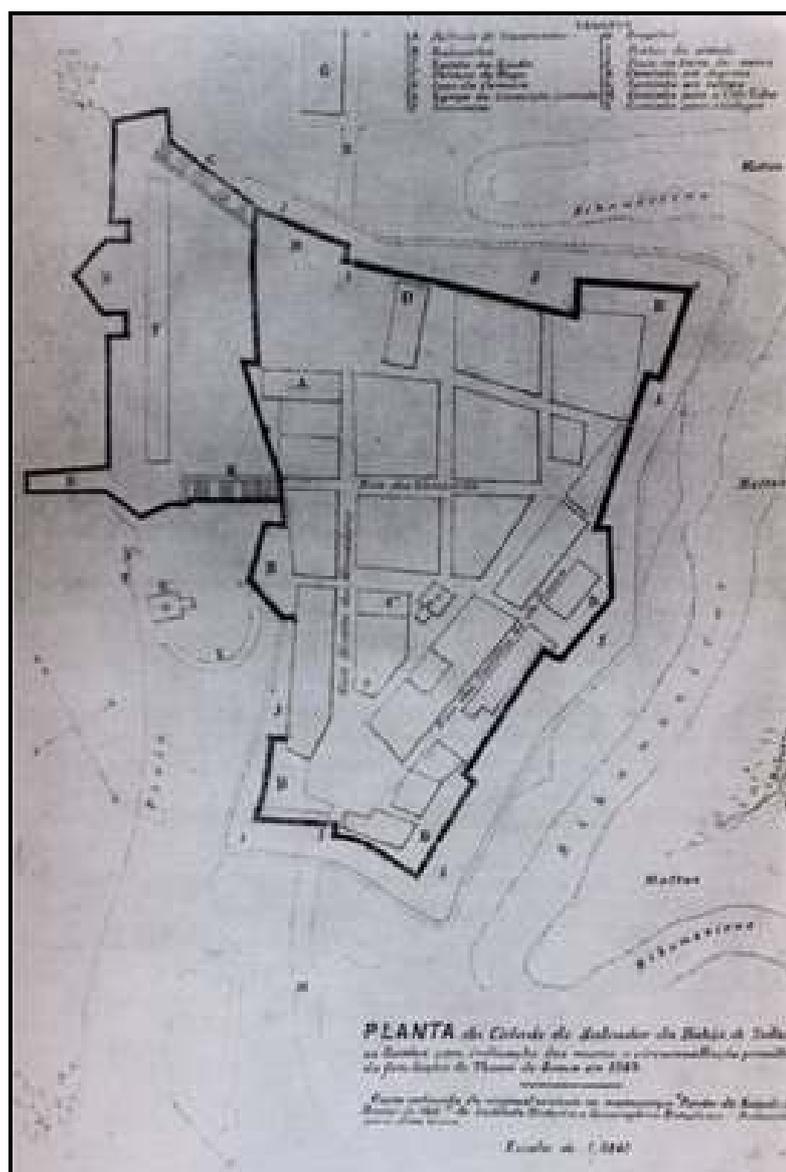


Figura 18 - Primeira Planta da Cidade do Salvador, trazida por Tomé de Souza.
Fonte: CEAB, 1998.

Assim se iniciou a cidade do Salvador, necessitando atender à demanda populacional e de desenvolvimento em meados do séc. XVI para o séc XVII, ou seja, aproximadamente 50 anos após a chegada de Tomé de Souza e construção da cidade. A mesma avançou sua extensão por suas portadas, tendo como alavanca as ordens religiosas que muito contribuíram para o crescimento e atendimento à população de Salvador; a exemplo do convento dos Beneditinos instalado na localidade e, posteriormente, denominado bairro de São Bento. (CEAB, 1998).

Nesse período, verifica-se a existência de dois importantes centros na efervescência da cidade:

- a) O centro denominado de Administrativo, atual Praça Municipal, onde se localizam os três poderes;
- b) O centro Cultural, situado na praça denominada de Terreiro de Jesus.

Ratifica-se, portanto a importância de se estabelecer o valor das atividades que caracterizam a palavra “centro” em um contexto histórico, onde a sua limitação geográfica é legitimada por uma pequena população.

Segundo Santos (1959, p.38) em sua tese de doutorado intitulada: “O centro da cidade do Salvador” nesse período a cidade encontrava-se com aproximadamente 8.000 habitantes, e o seu crescimento acompanhava a sua densidade demográfica; sua função portuária agigantava-se ao lado das funções primitivas, administrativa e militar. A função portuária, nesse período, tem grande importância por Salvador servir de exportadora de açúcar, fumo e importadora de escravos provenientes da África, no intuito de servirem de mão de obra a essa crescente cidade.

A cidade multiplicou-se e a sua expansão se deu também em relação a sua função, inicialmente cidade fortaleza, agora com o viés do interesse mercantilista de cidade portuária, geradora de bens e riqueza para Portugal, a uma nação independente.

Neste contexto, em meados do séc. XVII, Salvador tem a sua população urbana estimada em aproximadamente 10.000 habitantes. A cidade assiste ao crescimento de sua população urbana dobrar de 50 a 50 anos. No final desse período, foi descoberto ouro em Minas Gerais, provocando o deslocamento de grande massa populacional para estas terras. Mas foi em meados do séc. XIII, com a descoberta de ouro em terras no interior do Estado da Bahia, em terras altas da Chapada Diamantina, que a Bahia iniciou o chamado “século de ouro colonial”, onde as grandes construções atingiram seu apogeu, tendo o estilo barroco como referência da arquitetura,

nesse período, ergueram-se grandes casarões, solares e outros que bebiam da riqueza gerada pela cana de açúcar, fumo, mineração, cravando na paisagem da cidade um aspecto de metrópole.

Salvador se beneficiou, então, do tráfego de gado e do ouro: é o início de uma organização do espaço em que Salvador se firma de um lado como praça comercial que abastecia uma vasta região do estado do Piauí até Minas Gerais; e de outro lado, como porto de exportação não somente para o açúcar e o fumo, como para o ouro. (SANTOS, 1959, p.37).

E continua Santos (1959, p. 38), “Salvador é, assim, a metrópole de uma região muito mais extensa que o seu “arrière-pays” no século precedente”.

No final do séc XVIII, Salvador, tem um enfraquecimento demográfico, a sua população era de aproximadamente 40.000 habitantes, tendo como um dos fatores a transferência da Capital do Brasil em 1763, para o Rio de Janeiro, que, segundo o governo Português, tinha como objetivo principal centralizar em um único porto a saída do ouro.

No fim do séc. XIX, Salvador passa a centralizar a exportação da produção agrícola do sertão e do recôncavo com o objetivo de reenviá-las à capital do estado, donde é enviada a Europa. Nesse período, a sua população se multiplica por cinco, em 1890 eram 174.000 e em 1900 eram de 206.000 habitantes (SANTOS, 1959).

Essa expressiva explosão demográfica se deu pela necessidade de mão de obra indispensável ao crescimento e organização do espaço urbano e exercício de suas funções, estas associadas à fixação de residência por lavradores que as mantinham na cidade com o intuito de investimento acirrado pelo êxodo rural, proveniente dos ciclos de seca que fizeram com que um considerável contingente de flagelados habitasse a cidade (SANTOS, 1959).

A introdução de bondes na cidade, a crescente degradação do centro, a presença de uma população de desempregados e profissionais do sexo e o inchamento populacional de poder aquisitivo inferior contribuem para o afastamento da burguesia, que migrou para áreas como Barra, Vitória e Campo Grande, fugindo do avanço e degradação em que o centro antigo encontrava-se. Nesse período, acontece o surgimento de novos bairros, a ocupação da cidade baixa e construções de aterros que imprimiram uma nova conformação ao solo e limites da cidade, dividindo a mesma em Cidade Baixa e Cidade Alta (SANTOS, 1959).

Essas afluências de imigrantes vão refletir-se na paisagem pelo alargamento do quadro urbano, que estava mais ou menos imutável desde a primeira metade do século 18. Para o sul, surge o bairro da Vitória, constituído por grandes palacetes, rodeados de jardins, residências de uma burguesia enobrecida pela exploração da terra. Para o norte, formam-se bairros habitados pela classe média e pobre. (SANTOS, 1959, p.40).

Mas foi no séc. XX que grandes transformações aconteceram na cidade do Salvador, transformações consideradas por alguns urbanistas como catastróficas, promovidas pelo então governador da Bahia José Joaquim Seabra (FLEXOR, 1997).

Seabra, com o apoio da imprensa baiana, promoveu uma grande campanha de modernização e saneamento da capital da Bahia, tendo como base influências de suas viagens à Europa, precisamente a Paris, de onde se inspirou e importou as idéias de aberturas e alargamento de vias públicas, que daria fluidez ao tráfego. Provocou mudanças também na Capital do País, Rio de Janeiro, que sofreu grandes intervenções, a exemplo de destruição de cortiços e prédios antigos na intenção e justificativa de sanear a cidade (FLEXOR, 1997).

De acordo com artigo de Flexor (1997), essas idéias consideradas por Seabra como transformadoras foram colocadas em prática, através da perspectiva de remodelação denominada por Peres (apud FLEXOR, 1997) como “urbanismo demolidor” ou pela imprensa da época como o “avião demolidor”, aprovado pela população por influências da imprensa, que conclamava a todos a se envolver com a febre de modernidade que assolava o país:

Que o aluvião demolidor, desrespeitoso e ousado, impenitente, abra no seio da velha cidade a alegria nova de vias amplas, modernas, por onde possa circular livre e fecunda a vida feliz de um povo forte ou custe o que custar pela remodelação da cidade unamo-nos todos numa mesma aspiração, num esforço comum ou a Bahia material que guarda ainda todos os característicos de uma cidade colonial de três séculos atrás, vai desaparecer para ceder lugar a uma cidade moderna construída sob os preceitos rigorosos do progresso. Ou ainda: dentro em pouco as vielas serão avenidas, os velhos pardieiros se transformarão em prédios onde a arquitetura moderna deixará seus traços elegantes e a higiene com seus preceitos salutareos, assegurará a estabilidade de seu estado sanitário (GAZETA DO POVO, 20 e 29.06.1912, apud FLEXOR, 1997).

Neste ideal de modernidade e com intenção de interligar a parte do antigo Centro a outras partes da Cidade, elaborou-se projeto e construção de uma larga via que mantinha parte do antigo traçado original que, segundo intenção de Seabra, iria fazer escoar o progresso e a salubridade.

Assim foi criada a Avenida Sete de Setembro, como principal via de acesso da Cidade Alta no sentido do Campo Grande e Vitória. Para a sua efetivação, alargaram-se vias, demoliram-se edificações que se encontravam no caminho, a exemplo do Teatro São João, residências de significativo valor arquitetônico, Igreja das Mercês, parte da Igreja da Ajuda, Igreja de São Pedro Velho, onde depois foi instalado o Relógio de São Pedro, marco de mudança na determinação do tempo e espaço.

É nessa mancha matriz do início da modernidade da cidade do Salvador, que se pautou o universo geográfico dessa pesquisa quanto à percepção dos seus usuários em relação à poluição visual.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO

A área selecionada para realização dessa pesquisa encontra-se compreendida entre a Praça Dois de Julho, conhecida por Largo do Campo Grande e a Praça Castro Alves, a qual, segundo a Lei de Uso e Ordenamento do Solo da Cidade do Salvador (1984) pertence à ZT-02, definida pela Legislação Municipal específica da Lei de nº 3289/83 no Art. 107, como uma área de Proteção Cultural e Paisagística, por estar vinculada à identidade da cidade e abrigar em seus limites, monumentos históricos, praças de grande extensão e de forte valor ambiental. E sob Proteção Rigorosa (APR), segundo o art.108, por constituir paisagem construída e natural de grande significado para história da cidade. (PDDU Lei nº 6586/2004).

As Figuras 19 e 20 representam mapa que demarca a área de estudo na abrangência da cidade de Salvador e a sua caracterização na legislação municipal.



Figura 19 - Delimitação da área de estudo
Fonte: GOOGLE EARTH, 2009

4.2.1. Delimitação da Área de Estudo

De acordo com o Plano Diretor de desenvolvimento urbano de Salvador desenvolvido em 2004, a cidade contempla três centros considerados de nível municipal, o centro de Camaragibe, localizado na região do Iguatemi; o centro do acesso norte, localizado no Retiro, e o centro tradicional, universo da localização do trecho selecionado para essa pesquisa. Segundo o mesmo

plano, PDDU (2004), a cidade, pela sua grandeza populacional, considerada a terceira maior do país, concentra mais oito centros na categoria submunicipal.

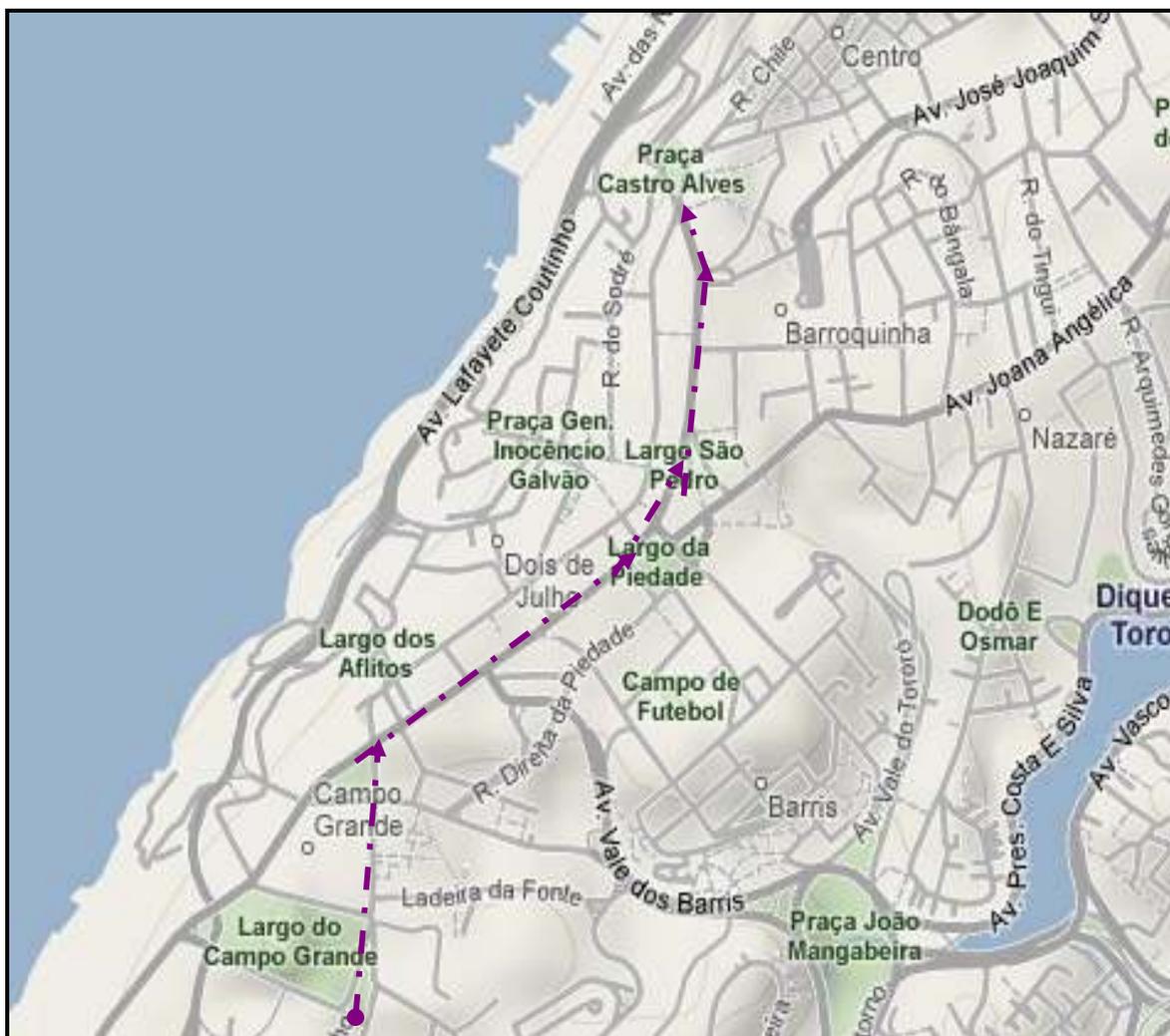


Figura 20 - Delimitação da área de estudo
Fonte: PDDU, 2004

5.0 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DESCRITIVA DAS ENTREVISTAS

Foram realizadas 140 entrevistas com o objetivo de analisar e compreender as interações sociais do lugar, e responder aos objetivos propostos nesta dissertação. A aplicação das entrevistas, divididas em pontos denominados focais, teve a seguinte divisão: ponto focal (A), 35 entrevistas, ponto focal (B), 35 entrevistas, ponto focal (C), 35 entrevistas e no ponto focal (D), 35 entrevistas. Durante a abordagem junto à população, foram realizadas perguntas ministradas e aplicadas pelo pesquisador, tendo como roteiro o modelo previamente elaborado e testado para a elaboração de artigo, na disciplina Qualidade Ambiental Urbana em 2006.1 do MEAU (Mestrado em qualidade ambiental urbana) da UFBA. As mesmas apresentam 33 perguntas (APÊNDICE A), que não tinham obrigatoriedade de respostas, visto que a intenção era a de registrar as sensações, percepções e sentimentos pelos entrevistados. Sendo assim, foi utilizado o método de comunicação não disfarçada, ou seja, na abordagem, o entrevistador deixava claro ao entrevistado qual o objetivo e qual a importância de sua participação na pesquisa.

As primeiras perguntas buscaram responder as indagações preliminares dessa pesquisa junto aos atores da área em questão, quanto ao perfil social, econômico e cultural; assim como o seu entendimento do espaço em que se encontrava no momento da entrevista, sua percepção de cidade e de centro de cidade (com o intuito de analisar a capacidade do observador quanto à localização e conhecimento da área pesquisada). Sua Identificação com o cenário em estudo, noção de pertencimento e interação com o mesmo (com o objetivo de detectar no observador o seu laço afetivo e referencial, através de sua percepção do entorno, baseado nos sentidos: audição, tato e visão).

Para essas investigações, fez-se necessária a descrição dos pontos focais por entender que algumas perguntas da entrevista apenas tinham relevância e significado se entendidas pela relação do entrevistado com a área onde se encontrava. É nos centros urbanos que, certamente, encontra-se uma heterogeneidade quanto ao perfil social e biográfico da população.

A seguir, apresenta-se, inicialmente, o perfil dos entrevistados, tendo como quesitos de investigação: faixa etária, gênero, escolaridade, renda e origem do mesmo (se morador ou não do centro). Para tanto, a descrição dos mesmos seguiu rigorosamente a coleta nos pontos focais.

Os dados das entrevistas realizadas serão apresentados de forma a favorecer o entendimento quanto às questões levantadas de acordo com os objetivos dessa dissertação, ainda que o método desse trabalho tenha sido o qualitativo, serve-se de quadros para representar universo de pesquisados e auxiliar na visualização e compreensão dos mesmos sem, com isso, ter a intenção de ter dado tratamento estatístico aos resultados encontrados e apresentados.

■ Quanto à investigação por idade

De acordo com o Quadro 01, dividiu-se a prospecção em três faixas acima dos 18 anos, com a intenção de compreender e registrar, através das experiências dos entrevistados, os relatos que contribuíssem com os objetivos propostos nesta pesquisa. As faixas etárias foram: de 18 a 24; 25 a 50 e maiores do que 50 anos.

IDADE	Ponto focal A	Ponto focal B	Ponto focal C	Ponto focal D	TOTAL	%
18 a 24 anos	10	13	10	10	43	30,72
25 a 50 anos	15	15	10	15	55	39,28
Maior do que 50 anos	10	07	15	10	42	30
					140	100

Quadro 01 – Investigação de idade dos entrevistados
Fonte: Pesquisa do autor, 2008

Obteve-se um equilíbrio entre os respondentes, no percentual de 30,72%, 39,28% e 30%, seguindo a faixa etária estabelecida anteriormente. A maior incidência de respondentes na faixa de 25 a 50 anos teve o intuito de balizar a visão entre a juventude e os mais experientes, que

vivenciam e vivenciaram o Centro Tradicional, acompanhando a sua transformação ao longo do tempo.

■ Quanto à investigação por gênero

Nota-se no Quadro 02, um equilíbrio na pesquisa quanto ao percentual entre os gêneros, o universo masculino teve uma maior frequência, 57,14 % contra 42,86 % do universo feminino pesquisado, principalmente no Ponto Focal A (Rua Visconde de São Lourenço) e C (Próximo ao Edifício Fundação Politécnica), onde se concentra grande trânsito de profissionais liberais e sólido comércio.

GÊNERO	Ponto focal A	Ponto focal B	Ponto focal C	Ponto focal D	Total	%
Masculino	20	18	25	18	80	57,14
Feminino	15	17	10	17	60	42,86
					140	100

Quadro 02 – Investigação do gênero dos entrevistados

Fonte: Pesquisa do autor, 2008

■ Quanto à investigação da origem dos entrevistados

A pesquisa teve a intenção de equilibrar e registrar a percepção dos moradores (52,14%) e não moradores da área (47,86%), buscando compreender a sua relação de afetividade com o Centro Tradicional da Cidade, principalmente entre os moradores, por entender que os mesmos mantêm uma relação mais intensa com a área. (Quadro 03)

ORIGEM	Ponto focal A	Ponto focal B	Ponto focal B	Ponto focal D	Total	%
Morador	22	25	10	16	73	52,14
Não morador	13	10	25	19	63	47,86
					140	100

Quadro 03 – Investigação da origem dos entrevistados

Fonte: Pesquisa do autor, 2008

■ Com referência à escolaridade ou grau de instrução dos entrevistados

No Quadro 04, pode-se observar pelos valores encontrados e comparados entre os ensinos: médio (34,28%), superior completo (42,14%) e superior incompleto (14,29%) o quanto a população moradora, e que circula pela área, detém de um bom arcabouço cultural; observação esta considerada de grande importância na validação dos resultados.

ESCOLARIDADE	Ponto focal A	Ponto focal B	Ponto focal C	Ponto focal D	Total	%
1ª a 4ª série	5	5	2	1	13	9,29
8ª a 3ª serie	12	12	12	12	48	34,28
Superior incompleto	3	3	6	8	20	14,29
Superior completo	15	15	15	14	59	42,14
					140	100

Quadro 04 – Investigação da escolaridade dos entrevistados

Fonte: Pesquisa do autor, 2008

Registrou-se a incidência de um numero significativo (9,29%) de pessoas com baixa instrução, principalmente nos pontos focais C (Prox. Edifício Fundação Politécnica) e D (Praça Castro Alves).

■ Para busca e análise de dados quanto à renda dos entrevistados

Levou-se em consideração a heterogeneidade profissional dos cidadãos que vivenciavam a área; elencaram-se quatro faixas de renda, como demonstrado no Quadro 05, e foram obtidos como resultados: de 1 a 3 salários mínimos (38,57%), de 4 a 5 salários (22,14%), de 6 a 7 salários (21,43%) e acima de 7 salários (17,86%). Os resultados obtidos demonstraram um considerável registro de profissionais com renda acima de três salários mínimos, principalmente nos pontos focais B e C, nos pontos focais C e D encontrou-se um número expressivo de profissionais que têm renda mensal acima de sete salários.

RENDA	Ponto focal A	Ponto focal B	Ponto focal C	Ponto focal D	Total	%
1 a 3 salários	15	14	15	10	54	38,57
4 a 5 salários	12	7	5	7	31	22,14
6 a 7 salários	6	7	7	10	30	21,43
Acima de 7 salários	2	7	8	8	25	17,86
					140	100

Quadro 05 – Investigação da renda dos entrevistados

Fonte: Pesquisa do autor, 2008

■ Qual o meio de locomoção que o entrevistado utiliza na área do Centro da Cidade

Buscou-se, com essa indagação, entender como os entrevistados visualizavam as paisagens e em que velocidade conseguiam perceber os elementos que compunham a mesma.

No Quadro 06, registrou-se uma expressiva representação dos que fazem seu deslocamento a pé (42,87%), no trajeto descrito para essa pesquisa, o que vem a justificar as inúmeras reclamações quanto à falta de segurança, sujeira e o excesso de publicidade nas vias públicas. Os respondentes que fazem seu trajeto em transporte coletivo (39,28%) fazem eco nas mesmas reclamações, acrescidas as de que as calçadas são tomadas por vendedores ambulantes, fazendo

com que as pessoas utilizem as vias destinadas aos veículos, atrapalhando e tornando lento o trânsito, principalmente próximo ao ponto focal C (imediações do Edifício Fundação Politécnica). Os entrevistados que utilizam seus veículos próprios (17,85%), reclamam da lentidão do trânsito, da falta de estacionamento e da inexpressiva segurança no Centro.

A maioria dos entrevistados citou que a ocupação das calçadas pelos vendedores ambulantes, anúncios de propaganda e grandes letreiros de lojas atrapalhavam a sua localização no Centro.

Locomoção	Ponto focal A	Ponto focal B	Ponto focal C	Ponto focal D	Total	%
Automóvel próprio	05	07	8	5	25	17,85
Desloca-se a pé	17	13	15	15	60	42,87
Ônibus coletivo	13	15	12	15	55	39,28
					140	100

Quadro 06 – Investigação do meio de locomoção dos entrevistados
Fonte: Pesquisa do autor, 2008

■ Quantas vezes por semana frequentavam a área

Muito embora essa indagação estivesse mais relacionada aos não moradores, todos responderam. A intenção da pesquisa era de registrar e entender a frequência e de qual maneira os entrevistados vivenciavam e se relacionavam quotidianamente com o espaço pesquisado.

De acordo com o Quadro 07, entre os moradores da área, registraram-se expressivas respostas de que utilizavam a Avenida Sete de setembro, como percurso para ir ao trabalho e à escola, ou fazer compras. Alguns moradores citaram que utilizavam a praça, para descansar, relaxar e encontrar amigos para bater papo, entretanto, fizeram questão de salientar a falta de segurança na área, o que vem afastando o convívio de moradores dos locais aberto, como as praças.

Dentre os não moradores, a maioria utiliza a área como trajeto para ir à escola e trabalho, outros, como local de contemplação (praças) e local de oração como as Igrejas da Piedade e São Bento. A maior incidência de frequência na área foi de 4 a 5 dias da semana (72,85%), considerando moradores e não moradores da área.

Entrevistados	Ponto focal A	Ponto focal B	Ponto focal C	Ponto focal D	Total	%
Moradores da área próxima aos pontos focais	15	13	10	11	49	35
Não moradores que trabalham na área	12	9	14	18	53	37,85
Não moradores que freqüentam a área até três vezes na semana		3	4	6	13	9,29
Não moradores que freqüentam a área mais de três vezes na semana	8	10	7		25	17,86
					140	100

Quadro 07 – Investigação da frequência dos entrevistados na área.

Fonte: Pesquisa do autor, 2008

■ Definição de centro de cidade

Quanto a sua percepção de centro de cidade, nota-se através do envolvimento dos entrevistados com a área, que as pessoas residentes, principalmente os da faixa etária superior a 45 anos, demonstram serem radicais na delimitação do que é o centro da cidade. Citando que a mesma seria onde se desenvolvesse o poder administrativo, mas ao mesmo tempo ratificam a área pela sua importância na história e desenvolvimento da cidade de Salvador, exemplificando que, atualmente, a sede da Prefeitura Municipal encontra-se nos limites da área reconhecida. Detecta-se a valorização do ser, ou da sua história pessoal com a da área.

Nas descrições dos mais jovens, percebe-se a não definição de apenas um centro de cidade e sim de vários centros, como Iguatemi e Pituba, alguns entrevistados exemplificam que, hoje, na cidade está surgindo um novo Centro: o da Avenida Luiz Viana Filho (Paralela), com a implantação de edificações de grande porte e novos *Shoppings Centers*. Para alguns, a importância do centro se dá pelo desenvolvimento de cultura e lazer que o mesmo pode proporcionar aos seus cidadãos.

5.2 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS QUANTO AOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS.

A fenomenologia, aliada à visão da geografia, busca considerar a importância da percepção dos atores que vivenciam o espaço para a leitura da paisagem no tempo. Essas descrições dos lugares, com seus significados e representações, faz com que ele seja único, muito embora o desenho gráfico de suas representações possa ser repetido, segundo Lencioni (2003, p.154):

Esta preocupação com o espaço vivido colocou no centro da análise o lugar. Isto porque é o lugar, mais que o espaço, que se relaciona à existência real e à experiência vivida. O lugar, porém, é visto pela Geografia sob influência da fenomenologia não como um lugar em si, um lugar objetivo, mas como algo que transcende sua materialidade, por ser repleto de significados. Por isso é que o lugar, concreto, único e que tem uma paisagem, não apenas natural, mas essencialmente cultural, torna-se o centro e o objeto do conhecimento geográfico.

É nesse contexto das descrições dos lugares com suas representações e significados que se registrou, através da investigação, a descrição do olhar e entendimento dos relatos dos entrevistados na área selecionada.

Ratificou-se uma forte identificação das pessoas que vivenciam a área em questão, sejam moradores ou aqueles que utilizam a mesma como fonte de cultura e trabalho, há uma frequência de informações que determina a área como pulsante. A referida área comporta uma população heterogênea, tanto na sua formação de gênero, quanto na sua distribuição de renda e democratização da cultura.

Há quase uma unanimidade de sentido de localização quanto a sua posição no momento da entrevista, caracterizada por um laço de afetividade com o entorno, narrada com requinte de detalhes de quem fala de sua casa. A localização do lugar, na maioria das vezes, está claramente definida para os residentes ou para quem utiliza as suas artérias como caminhos.

5.2.1 Identificação dos Pontos Marcantes e Lugares Referenciais, no Trecho Urbano Usado como Objeto de Estudo.

Para entendimento dos resultados, buscou-se respaldo nas definições de Lynch, quanto à organização dos espaços edificados e à capacidade de assimilação destas organizações pelas pessoas, segundo Lynch (1980, p. 13 - 14)

Sobretudo se o meio ambiente está visivelmente organizado e nitidamente identificado, poderá então o habitante dá-lo a conhecer, por meio dos seus próprios significados e relações. Nesse momento tornar-se-á um verdadeiro **lugar** notável e inconfundível [...] Estruturar e identificar o meio ambiente é uma atividade vital de todo animal móvel. São muitas as espécies de orientação usadas: a sensação visual da cor, da forma, do movimento ou polarização da luz, assim como outros sentidos, tais como o cheiro, o ouvido, o tato, a sinestesia, a noção da gravidade, e talvez as de campos magnéticos ou elétricos.

De acordo com Lynch (1980), os pontos ou elementos marcantes, os quais denomina de marcos visual, são objetos físicos, identificados e definidos com sensibilidade pelo cidadão. O seu uso implica na seleção de um elemento dentre muitos outros. Alguns podem ser vistos de vários pontos e outros apenas localmente.

Quanto ao entendimento de lugar referencial, encontramos na fenomenologia, a definição de Lencioni (2003, p. 154)

Esta preocupação com o espaço vivido colocou no centro da análise o lugar. Isto porque é o lugar, mais que o espaço, que se relaciona à existência real e à experiência vivida. O lugar, porém, é visto pela Geografia sob influência da fenomenologia não como um lugar em si, um lugar objetivo, mas como algo que transcende sua materialidade, por ser repleto de significados. Por isso é que o lugar, concreto, único e que tem uma paisagem, não apenas natural, mas essencialmente cultural, torna-se o centro e o objeto do conhecimento geográfico.

Definição ratificada em Lynch (1980, p.104 -105) quando nos explicita a importância da afetividade e da representatividade dos lugares com a vida dos cidadãos,

As pessoas criaram uma forte ligação a tudo isso, a todas estas formas nítidas e diversificadas, ligações estas que se ligam a um passado histórico ou a sua própria experiência anterior. Todas as cenas são imediatamente reconhecidas e trazem à memora um conjunto de associações.

Nesse contexto, os pontos marcantes e lugares referenciais reconhecidos pelos entrevistados que transitam na área selecionada para essa pesquisa, seguindo a posição dos pontos focais, foram: Edificação do Forte de São Pedro, Casa de Itália, Colégio Nossa Senhora das Mercês, Praça da Piedade, Edifício Fundação Politécnica, Relógio de São Pedro, Mosteiro de São Bento e Praça Castro Alves.

■ EDIFICAÇÃO DO FORTE DE SÃO PEDRO

Localizado à Rua Visconde de São Lourenço, logo após o Largo Dois de Julho, conhecido como Praça do Campo Grande, em ponto estratégico, o Forte de São Pedro (Figura 21), caracteriza-se como uma edificação de grande porte, ratificado com frequência nas citações dos entrevistados pelo poder que o mesmo fornece à área. Edificação muito conhecida pela sua imponência e por ter sido, até o ano de 2008, local de alistamento militar, sua importância na área é tão forte que muitos denominam o logradouro de sua localização (Figura 22) como Rua Forte de São Pedro. Foi considerado pelos entrevistados como um **ponto marcante**.



Figura 21 - Forte de São Pedro
Fonte: O Autor, 2009.



Figura 22 - Vista aérea da localização do Forte de São Pedro
Fonte: GOOGLE EARTH, 2009.

■ CASA DE ITÁLIA

A Figura 23 representa a edificação que demarca as vias de cruzamento entre a Avenida Sete de Setembro, a Rua Visconde de São Lourenço e a Rua Carlos Gomes (Figura 24). A casa de Itália é conhecida e citada por 80% dos entrevistados como um **lugar de referência** para encontros e para apreciar o Carnaval. Na opinião de moradores mais antigos da área, é uma casa de confraternização da sociedade Italiana que reside em Salvador.



Figura 23 - Casa de Itália
Fonte: O Autor, 2009.



Figura 24- Vista aérea da Casa de Itália
Fonte: GOOGLE EARTH, 2009.

■ COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS MERCÊS

Entrevistados do ponto focal A e B, totalizando 100%, exemplificaram a importância da referida instituição (Figura 25) na educação da sociedade baiana, pelo seu caráter educativo e pelo trabalho social que a mesma desenvolve junto à população carente, viabilizando educação para crianças através da Escola Santa Ângela, que funciona nas instalações do Colégio Nossa Senhora das Mercês. Durante as entrevistas; alguns respondentes tentaram classificar o estilo arquitetônico da edificação. Os moradores da área ratificam a importância da edificação, afirmando que graças a ela, o trecho da área em questão (Figura 26), embora seja oficialmente a Av. Sete de Setembro, é reconhecido pela população como Rua das Mercês. É, para os entrevistados, um **lugar referencial**.



Figura 25 - Colégio Nossa Senhora das Mercês
Fonte: O Autor, 2009.

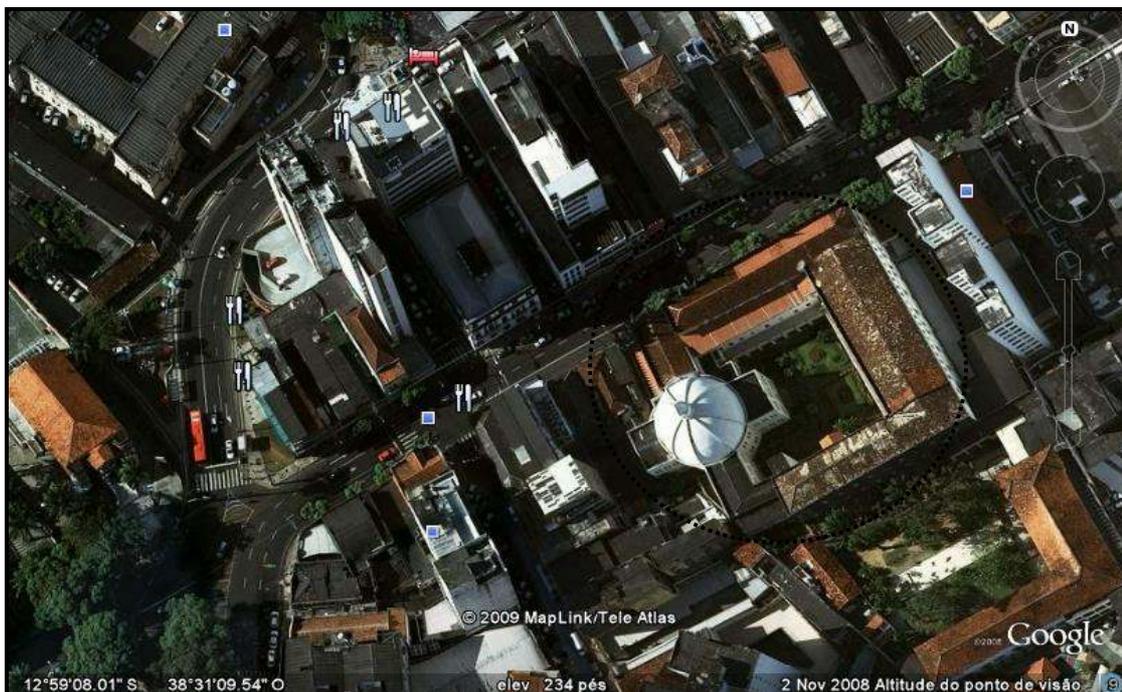


Figura 26 - Vista aérea do Colégio das Mercês
 Fonte: GOOGLE EARTH, 2009.

■ PRAÇA DA PIEDADE (NOSSA SENHORA DA PIEDADE)

A Praça da Piedade (Figura 27), assim como a Praça do Campo Grande, teve, para 100% dos entrevistados, um forte significado, demarcando, na área de pesquisa, um ponto de fôlego, de suspiro e de contemplação no trajeto (Figura 28). É, segundo os entrevistados, um **lugar referencial**. De acordo com uma moradora de 47 anos, residente de Nazaré, bairro próximo a este ponto:

“aqui, em outros tempos era ponto de encontros entre moradores, namorados e ponto de reflexão após as missas na Igreja de Nossa Senhora da Piedade e de São Pedro, ainda hoje é uma praça de grande importância, aqui é ponto de referência para os *Shoppings* Lapa e Shopping Piedade, ela aparece na TV, no programa que busca reencontrar pessoas desaparecidas. É uma praça linda, aqui você encontra-se até camaleões”. Diz ela, referindo-se a alguns répteis que vivem na área verde da Praça.



Figura 27 - Praça da Piedade
Fonte: O Autor, 2009.



Figura 28 - Vista aérea da Praça da Piedade
Fonte: GOOGLE EARTH, 2009

■ EDIFÍCIO DA FUNDAÇÃO POLITÉCNICA

Mencionado com frequência por entrevistados dos pontos focais C e D, como “o coração do comércio” da área selecionada, a edificação (Figura 29) é considerada importante por manter cartório, pequenas lojas, e por servir de passagem para a Rua Carlos Gomes, paralela à Avenida Sete de Setembro (Figura 30). Segundo os entrevistados, o referido edifício caracteriza-se como **ponto marcante** no percurso estudado.



Figura 29 - Edifício Fundação Politécnica
Fonte: O Autor, 2009.

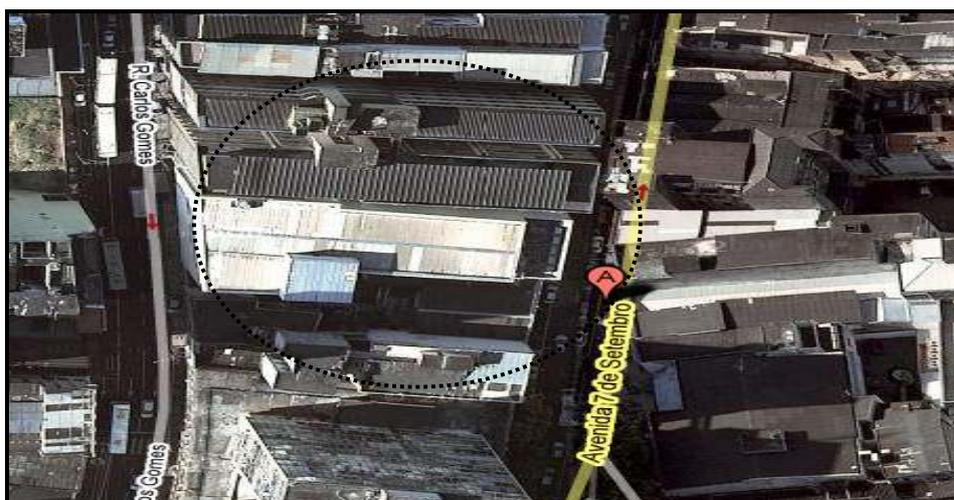


Figura 30 - Edifício Fundação Politécnica
Fonte: GOOGLE EARTH, 2009.

■ RELÓGIO DE SÃO PEDRO

Obeve-se uma pequena expressividade (25%), quanto a sua classificação como **ponto marcante e lugar referencial** na opinião dos entrevistados, principalmente entre os jovens. Para os moradores e pessoas com idade acima de 35 anos, o referido marco (Figura 31), encontra-se espremido e ofuscado por placas de sinalização e por um módulo policial. Entrevistados lembraram que o relógio de São Pedro, em décadas passadas, era o ponto de referência do centro da cidade, todos acertavam seus relógios por ele, ali se marcavam encontros amorosos e de negócios, com o pretexto de não ter como se atrasar. Como afirma um senhor de 75 anos, aposentado, ele até hoje frequenta “a pracinha”, como denomina o Largo de São Pedro (Figura 32), segundo ele, sua segunda casa, onde se encontra com amigos da mesma faixa etária.

Alguns chegaram a lembrar de fatos que viveram no passado, tendo o famoso relógio como ponto de referência. Uma senhora, funcionária pública, aposentada (70 anos), solicitou que registrássemos o descaso da Prefeitura de Salvador com o Relógio de São Pedro, em sua opinião, um grande marco da Cidade e, mesmo assim, permite-se que muitas “coisas” impeçam sua visibilidade.



Figura 31 - Relógio de São Pedro
Fonte: O Autor, 2009.



Figura 32 - Vista aérea do Largo de São Pedro
 Fonte: GOOGLE EARTH, 2009

■ MOSTEIRO DE SÃO BENTO

Apesar de sua fachada principal estar voltada para a Avenida Sete de Setembro, a edificação (Figura 34) foi citada como ponto marcante, devido à grande volumetria que impõe à área e a uma praça denominada de largo de São Bento (Figura 35), também, pela histórica atuação da instituição na área educacional. Alguns exemplificaram que as missas no domingo fazem dali, um “lugar santo”, com músicas de estilo barroco, que atraem visitantes de todas as partes para admirar música erudita. O Mosteiro de São Bento, segundo entrevistados, caracteriza-se, principalmente, como **lugar referencial**.



Figura 33 - Mosteiro de São Bento
Fonte: O Autor, 2009.

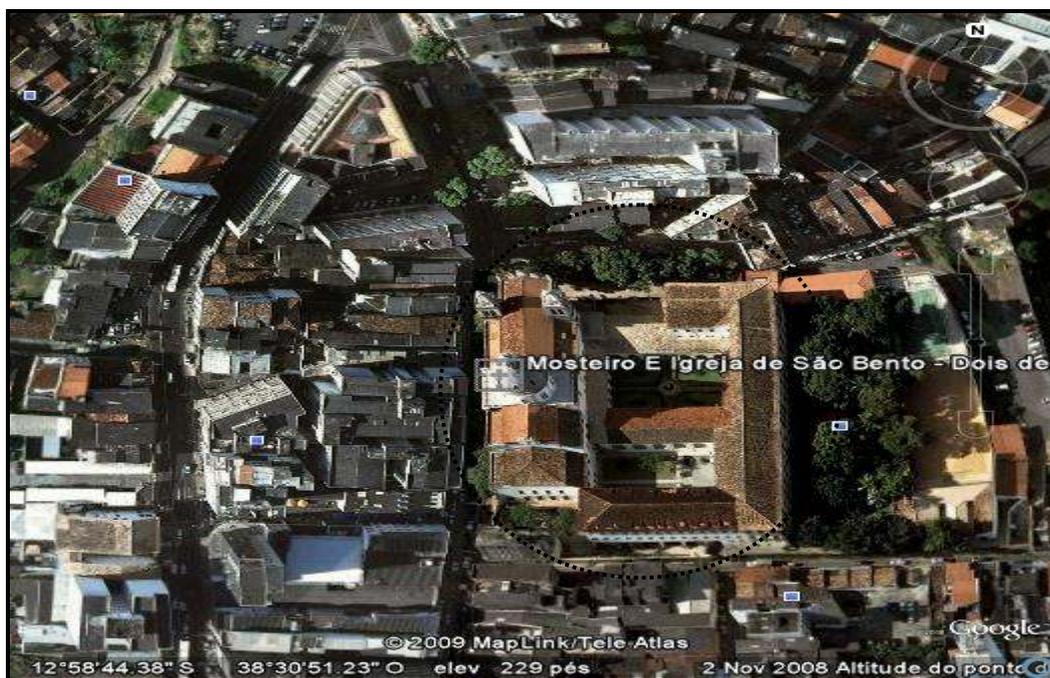


Figura 34 - Vista aérea do Mosteiro de São Bento
Fonte: GOOGLE EARTH, 2009.

PRAÇA CASTRO ALVES

A Praça Castro Alves (Figuras 35 e 36) tem forte poder no imaginário dos moradores e frequentadores da cidade. Na maioria dos entrevistados dos pontos focais, a estátua do poeta dos escravos marca outro ponto de fôlego e de contemplação no percurso delimitado por essa pesquisa. Muitos dos entrevistados aclamaram a bela vista que se descortina para a Baía de todos os Santos, alguns criticaram que o tipo de ponto de ônibus colocado ali tira a beleza do lugar, assim como a sujeira permanente oriunda de moradores de rua. Um professor de 42 anos, morador do Bairro da Graça, registra a importância do lugar e denuncia que o poder público municipal não valoriza uma área onde se encontra um ícone da história de um povo sofrido e que exaltou uma nação. Caracteriza-se, na opinião de 75% dos entrevistados, como **ponto marcante e lugar referencial**.



Figura 35 - Praça Castro Alves
Fonte: O Autor, 2009.



Figura 36 - Vista aérea da Praça Castro Alves
Fonte: GOOGLE EARTH, 2009.

Os resultados alcançados demonstram uma forte ratificação quanto aos elementos arquitetônicos e praças. Os elementos arquitetônicos, pela volumetria e significados no tempo e as praças, pela grandeza e pelo prazer que o verde proporciona.

As respostas tiveram uma forte gama de afetividade, através do orgulho e da representatividade que alguns elementos citados afloraram; a exemplo do Forte de São Pedro, que marca, na opinião de entrevistados, o início do centro da cidade; para alguns moradores, a importância desse edifício é tão grande que chegam a exemplificá-lo como ponto para a vivacidade do centro, por exaltar a cultura e o sentimento cívico.

Os elementos citados como pontos marcantes e lugares referenciais obtiveram expressiva representatividade na fala dos entrevistados acima de 30 anos. Notou-se que estes, além de legitimarem a área delimitada como Centro da Cidade de Salvador, reconhecem edificações e praças, pelo contexto histórico e relações pessoais de afetividades com os lugares.

5.2.2 Identificação dos Principais Locais e Elementos Causadores de Poluição Visual

Buscou-se detectar junto aos entrevistados qual a sua definição de poluição e poluição visual e, através de sua percepção, identificar os elementos poluidores e quais os locais considerados poluídos visualmente na área determinada.

PONTO FOCAL A

Por ter uma expressiva representação, os entrevistados situados na faixa etária compreendida entre 25 a 49 anos, fizeram questão de responder quanto à formulação de um conceito de poluição, definido-a como: tudo o que faz mal ao homem e ao meio ambiente. Quando questionados sobre quais os tipos de poluição que conheciam, exemplificaram: poluição sonora e atmosférica. Alguns moradores chegaram a citar um botequim que, no início da noite, coloca mesas e cadeiras na calçada e rua, inviabilizando o seu direito de ir e vir, assim como o volume do som alcançando altos decibéis. Outros citaram a poluição visual na área, afirmando que a maneira como o comércio na Rua Visconde de São Lourenço é praticado, comercializando, a céu aberto, peixes, crustáceos, verduras e frutas, faz da área um lugar insalubre que desagrada ao olfato e, principalmente, ao olhar.

No questionamento e solicitação de uma definição de poluição visual, a maioria dos entrevistados do ponto focal A caracterizou-a como aquilo que faz mal às vistas, ou seja, o que lhe desagrada visualmente como: pichação nos edifícios, seguida de sujeira nas ruas e placas contendo forte apelo publicitário. Segundo uma antiga moradora da área, a grande quantidade de mendigos e desocupados (Figura 37) que circulam no local, faz com que a paisagem seja caracterizada como decadente, até desvalorizando os imóveis que ali estão. “Isso é triste de se ver”.

Alguns entrevistados citaram que a poda indiscriminada das árvores, com o intuito de possibilitar a visão para o circuito do carnaval, (Figura 38) faz com que a área tenha um sentido de descontinuidade na observação da paisagem. Exemplificando e buscando comparação, uma moradora do Edifício Plaza, localizado em frente ao Forte de São Pedro, cita que o Bairro da Vitória (Figura 39) tem a mesma largura de via e o mesmo espécime de vegetação, da Rua

Visconde de São Lourenço, mas como não tem um comércio e por ser considerada como bairro de alto poder econômico, o tratamento que a prefeitura dispensa é completamente desigual.



Figura 37 - Moradores de rua – Rua Visconde de São Lourenço
Fonte: O Autor, 2008.



Figura 38 - Rua Visconde de São Lourenço
Fonte: O Autor, 2009.

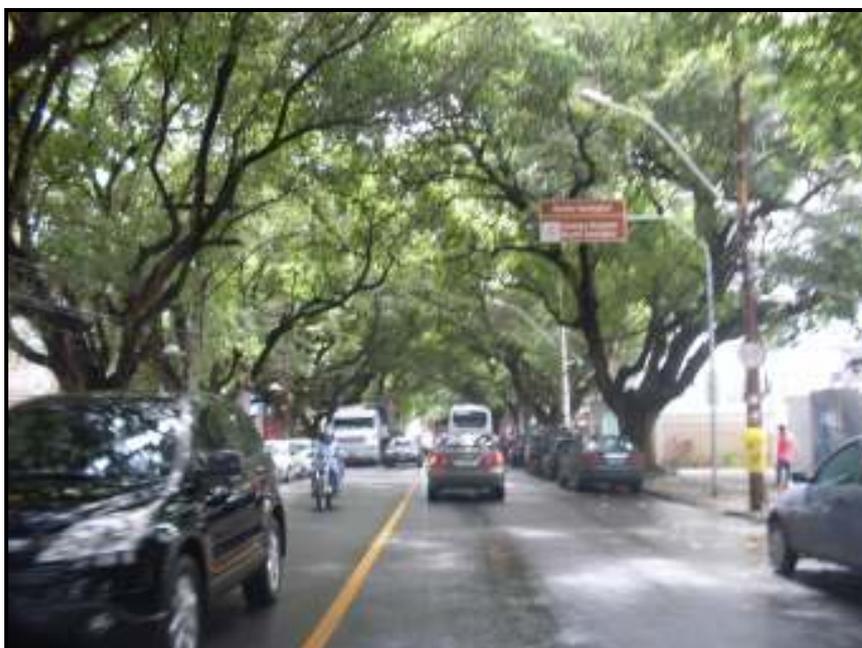


Figura 39 - Avenida Sete de Setembro- Vitória
Fonte: O Autor, 2009.

NO PONTO FOCAL B

Quanto à definição de poluição, obteve-se da maioria dos entrevistados como sendo a ação de maneira não ordenada e predatória do homem na natureza.

Houve uma pequena representação dos entrevistados mais jovens, entre 18 a 24 anos, que responderam que tudo o que faz mal à natureza é denominado de poluição, a exemplo da contaminação dos rios, mares, lixo jogado em qualquer parte, o dióxido de carbono expelido pelos automóveis e o barulho em excesso.

Já os entrevistados situados na faixa etária entre 50 a 80 anos, na sua maioria moradora da área, citaram a poluição visual como sendo um elemento de grande importância. Um professor aposentado, morador há mais de 40 anos na área, citou a seguinte frase: “Quem viu e viveu nesse centro de Cidade, há tempos atrás, não reconhece hoje a paisagem como sua; hoje é tudo feio demais”.

E buscando uma definição de poluição visual, encontramos uma quase unanimidade que poluição visual é tudo o que bloqueia a visão, não permitindo que se possam localizar os pontos; são coisas esteticamente desagradáveis.

Ao serem solicitados que citassem quais os elementos que reconheciam como poluidores visuais, as respostas encontraram eco nas do ponto focal A, ou seja: o lixo encontrado nas ruas, os mendigos que circulam e dormem nas calçadas, as placas de anúncios que escondem a arquitetura local. (Figura 40).

Um dos entrevistados que trabalha na área citou como exemplo de poluição visual, o que uma faculdade (Figura 41), fez com um prédio em frente ao Colégio Nossa Senhora das Mercês, que ao alugá-lo para ser anexo da referida faculdade, descaracterizou o prédio colocando uma publicidade forte e pesada ao olhar. “Graças a Deus tiraram aquela coisa feia daqui”, referindo-se à transferência da faculdade para outra área da cidade.



Figura 40 - Anexo da faculdade UNIRB Mercês
Fonte: O Autor, 2007.



Figura 41 - Fachada do comércio local Mercês
Fonte: O Autor, 2007.

As figuras 42 e 43 representam os elementos e locais poluídos visualmente citados pelos entrevistados no ponto focal B, observa-se nesses exemplos uma forte intervenção dos elementos de cunho publicitários que descaracterizam as fachadas, assim como a poluição em locais que requer do cidadão, atenção para uma leitura clara da paisagem. Ex: esquinas e faixa de pedestre.



Figura 42 - Praça da Piedade
Fonte: O Autor, 2008.



Figura 43 - Praça da Piedade
Fonte: O Autor, 2008.

PONTO FOCAL C

Registrou-se entre os entrevistados, na faixa etária de entre 18 a 24 anos, a definição de poluição como sendo a forma do homem destruir o meio ambiente em que vive, citando como exemplo a destruição das florestas, a poluição dos mares e rios, bem como a do ar.

Os entrevistados com idade acima dos 25 anos foram mais descritivos quanto à definição de poluição, fornecendo inclusive exemplos na área do ponto focal C. Para esses entrevistados, a poluição caracteriza-se como uma intervenção do homem no meio ambiente natural e artificial de maneira predativa, sem levar em consideração as gerações futuras. A palavra sustentabilidade foi verbalizada por um expressivo contingente situado entre a faixa etária de 25 a 35 anos. Uma significativa representação dos entrevistados citou como forma de poluição a sonora, a atmosférica e a visual.

Quando solicitados que definissem poluição visual, os entrevistados, em sua maioria, responderam que seria tudo o que atrapalha, ofusca a visão ou lhe faz ter uma sensação de desconforto visual.

Entrevistados mais jovens declararam que poluição visual teria a estética como referência, ou seja, seria o que eles não consideravam belo. Um entrevistado de 35 anos que trabalha na área do ponto focal C registrou na sua entrevista que o local onde trabalha lhe causa mal estar, pois além de ter um excesso de informação visual, tem a poluição sonora como fator agravante: “saio daqui mal, não vejo a hora de ir para casa, isso é um exemplo de como é o inferno; e vai piorar quando chegar perto das festas de fim de ano” relatou o mesmo.

Quanto aos elementos causadores da poluição visual, foram citados: placas de sinalização institucionais, anúncios publicitários, excesso de propaganda em frente a lojas, os mendigos, camelôs (vendedores ambulantes) e a sujeira, durante o dia.

Os entrevistados que são moradores do local solicitaram que registrássemos a ocupação da área em horários diferenciados: no período da manhã antes que os ambulantes se apropriassem do espaço e, durante à tarde, quando os mesmos já estariam estabelecidos, com o intuito de entender, na visão deles, o que seria poluição visual. (Figuras 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50 e 51).

A seguir, podemos observar o registro fotográfico solicitado pelos entrevistados. Ratificou-se, de acordo com eles, que a ocupação da área tem configuração distinta a depender do horário, demonstrado a dificuldade de percepção e leitura dos lugares.



Figura 44 - Relógio de São Pedro às 6:00 h.
Fonte: O Autor, 2009.



Figura 45 - Relógio de São Pedro às 13:00 h.
Fonte: O Autor, 2009.



Figura 46 - Ed. Fundação Politécnica às 6:00 h
Fonte: O Autor, 2009.



Figura 47 - Ed. Fundação Politécnica às 13:00 h
Fonte: O Autor, 2009.



Figura 48 - Praça de São Pedro às 6:00 h
Fonte: O Autor, 2009



Figura 49 - Praça de São Pedro às 13:00 h
Fonte: O Autor, 2009



Figura 50 - Via de circulação às 6:00 h
Fonte: O Autor, 2009.



Figura 51 - Via de circulação às 13:00 h
Fonte: O Autor, 2009

PONTO FOCAL D

Os entrevistados desse ponto descreveram a sua definição de poluição visual como sendo a ação indiscriminada do homem sobre a natureza. Demonstraram, na sua maioria, coerência e orquestração quanto aos tipos de poluição, citando-as: auditiva, atmosférica e visual. Nesse ponto focal, três entrevistados fizeram questão de não restringir suas opiniões apenas à área em questão e descreveram a cidade do Salvador como uma cidade poluída, onde a não obediência à legislação faz com que a mesma tenha um aspecto “horrrível”, pela falta de higiene, o excesso de barulho, fatores que a tornariam feia. “Aqui está parecendo uma grande favela, a entrada da cidade vista do acesso principal, pela BR 324 é triste de se ver”. É o que diz um senhor de 42 anos, morador do bairro de Nazaré. (Figuras 52 e 53).



Figura 52 - Vista da entrada de Salvador pela BR 324
Fonte: O Autor, 2009.



Figura 53 - Vista da entrada de Salvador pela BR 324
Fonte: O Autor, 2009.

A definição de poluição visual encontra-se nesse ponto focal também restrita ao aspecto da estética, alguns até fizeram alusão que Salvador não deveria ser uma cidade feia, porque é uma cidade turística e o centro deve ser a representação ou cartão postal da cidade.

As Figuras 54, 55, 56 e 57, a seguir, representam alguns dos elementos citados pelos entrevistados como poluentes visuais: fiações elétricas, que não permitem ver a paisagem da Baía de Todos os Santos, propaganda de dimensões exageradas em vias públicas, cores fortes aplicadas nas fachadas e telefones públicos colocados em lugares inapropriados.



Figura 54 - Praça Castro Alves
Fonte: O Autor, 2007.



Figura 55 - Praça Castro Alves
Fonte: O Autor, 2009.



Figura 56 - Ladeira de São Bento
Fonte: O Autor, 2008.



Figura 57 - Praça Castro Alves
Fonte: O Autor, 2008.

Como sentir a cidade como extensão da casa se, a cada momento, os laços de afetividades com os lugares que antes representavam quadros de uma vida, ou referências de um determinado tempo foram escondidos ou sumiram?

“As paisagens são todas iguais, os lugares se parecem, tem cara de uma determinada loja de departamento, que imprime em todos os bairros letreiros enormes que escondem o prédio, a árvore, o monumento, a escola, o céu. Esse espaço não mais me pertence” Com essa descrição, de uma moradora do centro da Cidade do Salvador, é que se ratificou a necessidade de entender a cidade como organismo vivo, capaz de possibilitar uma organização participativa, em que as

pessoas possam exercitar os sentidos como tato, olfato, paladar, visão e, principalmente, os seus sentimentos.

Baseado nas entrevistas e relatos dos cidadãos que participaram desse trabalho, foi possível detectar e elencar os principais motivos de interferência na leitura, percepção e consequências da poluição visual na paisagem urbana.

■ **Descaracterização das fachadas das edificações.**

A utilização indiscriminada e sem regulamentação das fachadas de prédios públicos e/ou privados pela mídia, principalmente os considerados históricos, é um ponto a ser mencionado. A mídia, sem critérios, recobre os espaços de anúncios, letreiros e placas, encobrendo detalhes de fachadas de edifícios e fazendo com que os referenciais dados pela arquitetura à paisagem urbana, sejam reduzidos à propaganda de lojas e outros. Assim, estes referenciais, que os cidadãos construíram ao longo tempo e utilizam como parâmetro, são destruídos.

■ **A fiação elétrica aérea**

Salvador, pela sua localização e fatores climáticos, encontra-se sob uma abobada celeste que deve ser apreciada e servir de fôlego para a bruteza que os maciços de concreto proveniente das construções e ocupações urbanas vêm impondo à população. Sendo assim, foi apontado pela população entrevistada que a utilização de fiação elétrica aérea, em determinadas áreas, causam um mal estar, quando impedem a visualização e a continuidade da paisagem entre o céu e o mar em determinados locais.

■ **Os equipamentos urbanos:**

O conjunto formado pelo mix: tabuleiro de acarajé, banca de revista, telefone público e lixeira, em determinados locais da cidade, além de causar um desconforto visual pelo exagero e concentração de informações, geralmente impedem a circulação dos pedestres, visto que na área pesquisada, a largura das calçadas é reduzida.

Em relação ao equipamento urbano, relativo ao ponto de ônibus, os moradores do centro da cidade o classificaram como ineficaz, pois não protege os passageiros da incidência, causando desconforto térmico: A utilização de vidros transparentes nas laterais dos pontos de ônibus vem causando diversos acidentes entre os pedestres que, muitas vezes, se esbarram no mesmo.

■ **Reconhecimento dos pontos e lugares referenciais da população local.**

Como o planejamento urbano não fomenta a participação dos membros das comunidades e não reconhece a sua diversidade cultural, logo não a reproduz nem a preserva, ao ordenar o uso e a ocupação do solo para erguer os marcos e lugares referenciais obtidos pela percepção dos que transformam as paisagens em locais.

■ **A utilização de publicidade em Vias públicas:**

A utilização de elementos publicitários, sem um rigor da fiscalização dos órgãos competentes quanto ao abuso da exposição da mídia, transforma a paisagem em totem ou sustentáculos para a exposição de cartazes, letreiros e outros, principalmente próximos a faixas de travessia e em vias de trânsito, causando insegurança e fazendo com que a atenção dos pedestres e motoristas seja dispersa, em muitos casos, causando acidentes.

■ **Os excluídos da sociedade.**

Muitos dos moradores e não moradores que freqüentam o Centro tradicional de Salvador citaram a pobreza, representada pelos cidadãos desfavorecidos social e economicamente que freqüentam a área, como um problema visual. Entendemos, através da análise das entrevistas, que a poluição visual citada tem balizamento no fator estético que os mesmos representam, pela falta de higiene e por carregarem consigo papelões e materiais descartados pela população.

5.2.3 Critérios para Análise da Poluição Visual e Contribuição à Legislação Municipal Vigente.

A ausência de uma consonância entre a Lei Orgânica do Município, a Lei de Uso e Ocupação do Solo e o decreto que trata da permissão da utilização da paisagem pelos engenhos, associada à falta de uma definição preliminar sobre o conceito de poluição visual, faz com que os dispositivos legais não tenham eficácia quanto ao ordenamento e interferência na paisagem urbana de Salvador.

De acordo com o artigo 7º, da Lei Orgânica Municipal, (SALVADOR, 2006) Cap. II- Da Competência, título X e XIV, há a incumbência do município em legislar quanto à utilização de sinalização em vias públicas, a citar:

X - sinalizar as vias urbanas e estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar sua utilização;

[...]

XIV - regulamentar, autorizar e fiscalizar a fixação de cartazes, anúncios, faixas e emblemas, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal;

E em decreto de nº 12.642/2000 (SALVADOR, 2000), a Prefeitura Municipal de Salvador, de acordo com o Art. 2º, buscou ordenar e disciplinar a utilização de engenhos (elementos publicitários), na paisagem urbana:

Art. 2º O ordenamento da publicidade na paisagem do município, disciplinada pelo presente decreto, tem os seguintes objetivos:

- 1 estabelecer bases de referência para o exercício do poder de política administrativa por parte da prefeitura Municipal de Salvador;
- 2 assegurar a compatibilidade entre os interesses individuais e os interesses da coletividade
- 3 garantir condições de segurança e conforto de pedestres, veículos e edificações;
- 4 preservar valores paisagísticos e culturais da cidade;
- 5 contribuir para o bem estar físico e mental da população;
- 6 estabelecer o equilíbrio dos diversos agentes atuantes no Município, incentivando a cooperação de organizações e cidadãos, na promoção da melhoria da paisagem do município.

Cabe em caráter de urgência o incentivo à participação popular na implantação de determinados engenhos em locais de seu domínio visual, como determina a própria lei orgânica em seu art.

220, que reconhece e assume como sua esta competência, sua importância e promoção. Sobre isto, versa o referido artigo:

- II - promover a educação ambiental na sua rede de ensino e a conscientização da comunidade para a preservação do meio ambiente;
 - IV - estimular ações de educação sanitária e ambiental para a comunidade.
- E garantindo o direito a essa premissa ratifica:
 § 2º É assegurada a participação popular em todas as decisões relacionadas ao meio ambiente e o direito à informação sobre essa matéria, através de entidades ligadas à questão ambiental, na forma da lei.

É interessante ratificar que esse direito assegurado à população, quanto a sua participação direta nas decisões que interfiram no seu ambiente, é suprimido e substituído no Decreto Municipal que visa disciplinar a utilização de engenhos na paisagem urbana. O referido decreto, utilizado pela SUCOM, em seu Art. 15, que trata da proibição de anúncios em determinados locais; e em seu Art. 17, que trata de casos extraordinários de enquadramento e locais permitidos para a liberação de determinados engenhos, sucumbe à participação popular e determina que a análise da matéria apenas possa ser realizada por técnicos e profissionais que tenham ligação com a Prefeitura Municipal, a citar:

Art. 17 - Quando enquadrado como extraordinário nos termos do artigo anterior, a análise do Meio deverá ser efetuada com base nas normas estabelecidas neste Decreto e na Análise de Interferência:

§ 1º - A Análise de Interferência de que trata o caput deste artigo será efetuada com base nos seguintes critérios:

1. danos causados a terceiros;
2. danos ao meio antrópico, natural e urbanizado.
3. danos à circulação

§ 2º - A análise de Interferência deverá ser realizada por uma comissão constituída através de Decreto, composta por, no máximo, 05 (cinco) técnicos, sendo 01 (um) indicado pela SUCOM, que a presidirá, 01 (um) indicado pela SEPLAM, 01 (um) indicado pela SMTU e 02 (dois) indicados pelo Prefeito, dos quais 01 (um) será escolhido de uma lista tríplice apresentada pela ABAP.

Muito embora a Prefeitura Municipal de Salvador tenha respaldo jurídico para promover a legítima fiscalização e atuação quanto à preservação da paisagem e, conseqüentemente, o bem estar da população, a sua atuação é ineficaz e limitada à liberação de engenhos em locais públicos, dada as suas dimensões e as relações de pagamento de licenças. Para tal, não leva em consideração a percepção e cultura da população local na implantação dos mesmos.

6.0 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O referido trabalho teve a intenção de servir e contribuir para uma tomada de consciência quanto à poluição visual nas cidades, através da investigação que a interferência dos elementos que compõem a paisagem urbana, pode causar na leitura que os cidadãos fazem da mesma.

O exemplo ou universo pesquisado neste trabalho, o Centro Tradicional de Salvador, serviu para inserir e ratificar na pauta de discussão da qualidade ambiental urbana, o tema percepção e poluição visual; propondo que um dos atributos, para o planejamento urbano seja a participação popular e que, neste processo, o reconhecimento das diversas culturas, a interação social e a topofilia que transforma paisagens em lugares sejam premissas junto aos que trabalham o espaço.

Acredita-se que a área selecionada, por conter forte conotação histórica e ser embrião no crescimento e desenvolvimento urbano da Cidade do Salvador, deva vir a acrescentar condicionantes necessários à preocupação por parte da Prefeitura Municipal.

A investigação realizada junto aos entrevistados, que residem e freqüentam a área selecionada, ratificou a importância da apreensão e entendimento dos aspectos da percepção e cognição nos locais que serviram de pontos focais, uma vez que se pode observar como se processa a interação do ambiente com o indivíduo.

Nesta pesquisa, verificou-se uma forte relação afetiva com os lugares, os entrevistados relatam um sentimento de apreço e estima pela área, reconhecendo a sua importância na história da cidade e na sua história pessoal pelos referenciais imagéticos. A relação que os entrevistados acima de 30 anos tem com o Centro da Cidade é de amor, por ali representar o cenário dos momentos de sua vida, e de tristeza, ao verem ser modificados seus referenciais e lugares por uma ocupação que explora e transforma o que é seu em lugar de ninguém.

Há uma poesia cristalizada nas falas dos entrevistados e uma tentativa de resgate do passado, quando suplicam pela preservação e cuidado com o seu olhar. Os entrevistados com idade inferior a 30 anos reconhecem o centro como apenas mais um na cidade de Salvador, seus referenciais no trecho delimitado encontram-se representados fortemente pelas praças, as quais não conseguem denominar. Os edifícios não têm relevância para os mesmos, por não conhecerem a história e não guardarem nenhuma relação com o entorno.

A poluição visual, assim como a sonora e atmosférica, é forte requisito para que a população possa tomar consciência e buscar melhoramento nas condições de um meio ambiente saudável e sustentável. Entretanto, o conceito de poluição visual apenas tem significância na medida em que o vinculamos a um tempo, a um determinado grupo social, pertencente e associado a um espaço geográfico e que, a sua maneira, perceber esse espaço tenha ressonância. Ratificou-se, neste trabalho, que os entrevistados reconhecem os pontos e lugares referenciais como espaços não poluídos, diferente do seu entorno, que ofusca e impede a visualização de elementos e lugares que, para os mesmos, tem grande significado.

No início do referido trabalho, encontrou-se na área selecionada, uma realidade social e econômica própria de uma sociedade em evolução, onde as mazelas do seu rápido crescimento e desenvolvimento atropelaram as relações interpessoais e modos de vida dos cidadãos. Essas mazelas, fruto deste desenvolvimento, vêm imprimindo ao espaço físico urbano, uma característica de lugar comum, em que os lugares não são respeitados e a sua transformação não é fruto da percepção originada dos quem os vivenciam.

A área do Centro Tradicional de Salvador é o reflexo desse crescimento e desorganização do uso territorial urbano, em que as diferenças sociais, culturais e econômicas encontram-se em um contexto físico urbano de constantes contrastes. É nesta área que emergiu a definição de poluição como sendo tudo aquilo que vem a proporcionar insegurança, agressão ao olhar, impedimento à leitura da paisagem, causando o stress e sucumbindo os referenciais de vida e história.

A utilização dos instrumentos de pesquisa junto à população permitiu uma análise da percepção e entendimento da paisagem, segundo os seus usuários. Acredita-se que os pontos relacionados mereçam serem considerados na análise para o combate à poluição visual no universo desta pesquisa. Mesmo assim, elegeram-se três deles como pontos de urgência na intervenção a ser realizada na área como ação de políticas públicas do município de Salvador:

- a) Ações de valorização dos pontos e lugares referenciais, reconhecidos pela população local;
- b) Melhor organização dos equipamentos urbanos (ponto de ônibus, banca de revistas, telefone público, tabuleiro de baianas);

c) Disciplina rigorosa de utilização de engenhos publicitários e análise das aplicações dos mesmos de forma seriada, em locais diversos, principalmente, naqueles próximos a pontos e lugares referência;

d) Definição de políticas pública para abrigo e assistência aos excluídos que perambulam no Centro da cidade.

Acredita-se que essas intervenções e correções apenas poderão ser efetivadas quando a legislação, referente à publicidade na paisagem urbana de Salvador, estiver sincronizada com a legislação de uso e ordenamento do solo, levando em consideração as particularidades dos locais e da população; e que esta, através da sua cultura e percepção, possa opinar quanto ao ambiente e as suas paisagens.

Para tanto se faz necessária à criação de modelo ou estabelecimento de ações que possam aperfeiçoar o elo entre a percepção ambiental da população e a dos órgãos competentes que trabalham e manipulam a paisagem urbana, na busca de um planejamento participativo.

Dessa forma sugere-se para pesquisas futuras:

- A inserção da percepção dos usuários na transformação dos espaços, obedecendo e respeitando as especificidades e toponímia que os cidadãos mantêm com a área;
- Estabelecer ações que visem à disseminação dos estudos e conhecimento da população acerca do tema poluição visual;
- Estabelecimento de parâmetro próprio para análise e determinação sobre o conceito de poluição visual, levando em consideração a percepção dos cidadãos;
- Desenvolver pesquisa qualitativa quanto à qualidade de vida dos cidadãos, levando em consideração a poluição visual como fator de stress.
- Desenvolver pesquisa que alcancem parâmetros de poluição convergentes a qualidade de vida tais como: poluição acústica e olfativa.

REFERÊNCIAS

- ARNHEIM, R. El pensamiento visual. Buenos Aires, Argentina: Ed universitário, 1973.
- BACHELARD, Gaston. A Poética do Espaço. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem- Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDALAH, Z. (Org.) Paisagem, tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p. 81 – 84.
- BRASIL. Atos do Poder Legislativo: Lei nº10257 de 10 de julho de 2001- Estatuto das Cidades. Disponível: http://comlurb.rio.rj.gov.br/lei_10257.htm. Acesso em 22 de novembro de 2008.
- BRASIL. Código de Trânsito Brasileiro - Ministério das Cidades, Conselho Nacional de Trânsito, Departamento Nacional de Trânsito- Brasília dez 2008
- BRASIL. Lei nº8. 106, de 28 de dezembro de 2001. Dispõe sobre a política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder executivo, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/leisl6938 .htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/leisl6938.htm)> Acesso 08 maio 2006.
- CAMPOS, Wátala Shirley Souza. Poluição Visual Segundo o Direito Brasileiro. 2006. 127 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Católica de Santos, 2006.
- CHAUÍ, M. Convite à filosofia. São Paulo: Àtica, 2001.
- CLAVAL, Paul. A Paisagem dos geógrafos. In: CORREA, R: ROSENDALL, Z. (Org.). Paisagens, Textos e Identidades. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.p.13 -74.
- DEL RIO, Vicente. Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento. São Paulo: Pini, 1990.
- DEL RIO, Vicente. Cidade da Mente, Cidade Real: Percepção e Revitalização da Área portuária do Rio de Janeiro.
- DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. Percepção Ambiental: a experiência brasileira. São Paulo: Studio Nobel, 1999.
- FARIA, J.; SALVO, M. P. Era assim e já esta assim - Portal Veja SP. Disponível em <http://vejaopaulo.abril.com.br/revista/vejaspedicoes/2005/m0126928.html>, Acesso em 23 de maio de 2008.
- FERRARA, Lucrecia D'Àlesio. Poluição Visual e leitura do ambiente urbano. São Paulo: FAU-USP, 1976.

FERRARA, Lucrecia D'Álesio. A ciência do olhar atento. In Trans/form/ação, 9/10, São Paulo: Nobel, 1986.

FERRARA, Lucrecia D'Álesio. Ver a cidade, imagem, leitura. São Paulo: Nobel, 1988.

FERRARA, Lucrecia D'Álesio. Olhar Periférico, São Paulo: EDUSP- Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda; J. E. M. M. (Ed). Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Simpósio Urb 3. J.J. Seabra e a reforma urbana de Salvador (Bahia) disponível em <http://www.naya.org.ar/congressos/contenido/49CAI/Flexor.htm>, Acesso em 25 de janeiro de 2009

KOHLSDORF, Maria Elaine. A Apreensão da Forma da Cidade. Brasília: Ed. UNB, 1979

KOHLSDORF, Maria Elaine. Manual de Técnicas de Apreensão do espaço Urbano. Brasília: Ed. UNB, 1980.

KOHLSDORF, Maria Elaine. Apreensão da Forma da Cidade. Brasília: Ed. UNB, 1996.

GIBSON, James J. The senses considered as perceptual systems. Boston: Houghton Mifflin, 1966.

GIBSON, James. J. La percepción del mundo visual. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 1974.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LENCIONI, Sandra. Região e Geografia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003. (Acadêmica; 25).

LYNCH, Kevin. A imagem da Cidade. Lisboa: Martins Fontes, 1980.

LYNCH, Kevin. A boa forma da Cidade. Lisboa: Ed.70, 1981.

LUBISCO, Nídia M. L.; Vieira, Sonia Chagas. Manual de Estilo Acadêmico: Monografias, Dissertações e Teses. 2. ed, Salvador: EDUFBA, 2003.

MILARÉ, Edis. Princípios Fundamentais do direito do ambiente. Revista Forense. Rio de Janeiro: Forense, nº352, 2000.

MINAMI, Issao; GUIMARAES JR. João Lopes. A questão da estética no meio ambiente urbano ou porque todos devemos ser belezuras. Arquitextos, 2001. Disponível: www.virtuvius.com/arc000/bases/textos094.asp>. Acesso em 12 de junho de 2006.

OSTROWER, Fayga. Criatividade e Processo de Criação. Petrópolis: Vozes, 1987.

OLIVEIRA, Ligia. Percepção Ambiental: a Experiência brasileira. São Paulo, SP: Universidade Federal de São Paulo, 1996.

PORTO ALEGRE - Porto Visual Alegre- Secretaria Municipal do Meio ambiente. Disponível: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam/default.php?p_secao=63. Acesso em 23 de dezembro de 2008.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo - Lei 14223/2006. Disponível: http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=27092006L%20142230000. Acesso em 17 de fevereiro de 2009

RAMA, A. A cidade das letras. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RAPORT, Amos. Aspectos humanos de la forma urbana: hacia una confrontación de las ciencias sociales com el disenõ de la forma urbana. Barcelona: Gustavo Grilli, 1978.

SAMPAIO, Antonio Helíodoro Lima. Forma Urbana: Cidade – real e cidade – ideal (1998). 207f. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas)- Faculdade de Arquitetura e urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SALVADOR. Prefeitura Municipal de Salvador- Decreto 12.642/2000. Disponível: http://www.sucom.ba.gov.br/media/3185/dec12642_2000.pdf. Acesso em 18 de novembro de 2008.

SALVADOR. Prefeitura Municipal de Salvador- Decreto Lei Orgânica do Município 4.279/90 /2000. Disponível: <http://www.seplam.pms.ba.gov.br/legisla/3185/outras/leiorg5topo.htm>>. Acesso em 18 de novembro de 2008.

SANTOS, Fabiano Pereira dos. Meio ambiente e poluição. Disponível em http://www.ecolnews.com.br/artigo_01_2a.htm. Acesso em 08 de maio de 2009.

SANTOS, Milton. O Centro da Cidade do Salvador. Salvador: Livraria Progresso, 1959.

SANTOS, Milton. Pensando o espaço do Homem. São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, Milton. Espaço e método. São Paulo: Hucitec, 1985.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, José Afonso da. Direito urbanístico brasileiro. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

TUAN, Yi Fu. Topofilia: um estudo de valores e atitudes do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1974.

TUAN, Yi Fu. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

VARGAS, Helena; COMIN e Mendes, Camila Faccioni. Quem lucra com o caos? Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arg000/esp116.asp>. Acesso em 08 de maio de 2009.

WIKIPEDIA. Cultura. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/cultura>. Acesso 20 dez. 2008.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)